

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



DESAFIOS, ACOHIMIENTO E POSSIBILIDADES:
UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

MARIA EDNA COELHO MARTINELLI

Asunción - PY
Dezembro de 2016

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



Linha de Pesquisa: Currículo, Ensino e Aprendizagem (CEA)

Desafios, Acolhimento e Possibilidades:

**Um olhar atento ao acesso do aluno portador de deficiência na escola
de ensino regular**

Maria Edna Coelho Martinelli

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo

Asunción - PY
Dezembro de 2016

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

MARIA EDNA COELHO MARTINELLI

**DESAFIOS, ACOLHIMENTO E POSSIBILIDADES:
UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**

**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Morel

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Profa. Dra. Susana Barbosa Galvão

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dr. Ismael Fenner – Secretario General

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

**Asunción – Paraguay
2016**

Dedico este trabalho

Ao meu esposo que compreendendo minha ausência no convívio familiar, demonstrou o apoio para a realização desse trabalho.

*A uma pessoa muito **ESPECIAL** que Deus colocou em meu caminho, Leonardo, meu filho, minha vida.*

A minha sobrinha /filha, Júlia, grande parceira.

A todas aquelas e todos aqueles que fazem acontecer a Educação e que acreditam que outro mundo é possível...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais esta oportunidade em minha vida.

Agradeço ao meu esposo Gecimar, aos meus filhos Leo e Júlia, incentivos maiores de minha vida e companheiros para todas as ocasiões. “Vocês foram presenças incondicionais na realização de mais este projeto para o enriquecimento da minha vida pessoal e profissional,” amo vocês.

Aos colegas, que durante a jornada de estudos, tornaram-se amigos e parceiros que sempre apoiaram e incentivaram uns aos outros.

Agradeço a minha querida Raílda, que não mediu esforços para me ajudar e incentivar nos momentos que pensei fraquejar.

Agradeço às pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização do mesmo.

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, [...] mas a aprendizagem ocorre, sempre.

(ABRAMOWICZ, 1997)

RESUMO

Esse trabalho aborda a questão da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino e tem como objetivo refletir sobre os percalços da mediação pedagógica frente ao processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual, afetivo e social dos alunos com necessidades. Visa compreender os desafios, acolhimento e possibilidades do acesso do aluno portador de deficiência na escola de ensino regular. Em relação à metodologia, antes do início da coleta de dados uma pré-coleta de dados foi marcada pela entrega do termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes. Neste constam informações sobre o objetivo, bem como os processos de desenvolvimento da pesquisa. Esse foi um critério de inclusão na pesquisa, já que apenas responderam ao questionário e à entrevista àqueles que assinaram o termo. Esse documento também foi assinado pelo pesquisador que prestou todos os esclarecimentos para os participantes. A coleta de dados constituiu de uma amostra homogênea, intencional e representativa de profissionais que atuam no Colégio Estadual de Planalto. Participaram da pesquisa: 4 (quatro) professores, 1 (um) aluno. Após essa etapa, o pesquisador aplicou um questionário com a aplicação de um roteiro com questões pré-definidas, com o intuito de compilar conteúdos para lograr os objetivos do estudo. Com a análise dos dados, chegou-se a dois pontos principais na luta pela inclusão. O primeiro ponto observado é que esforços vem sendo implementados em prol da instrumentalização dos profissionais para trabalhar com a inclusão de sujeitos diversos, porém essas ações precisam continuar, não podem parar, para que a formação dos professores seja consistente, assim a aplicação do planejamento educacional individualizado é uma forma de promover a educação de uma forma realmente a fazer a diferença e ajudar a criança a se desenvolver intelectualmente e socialmente. O segundo ponto é que o professor precisa dialogar mais com os seus alunos, ele precisa se humanizar. Ele precisa compreender à sua função como: formador de competências e de seres dignos, pensantes e reflexivos. Os pressupostos deste planejamento individualizado emergem da observação que mesmo que os alunos precisem ser inclusos nas salas de aula com as suas respectivas diversidades, é, inegável, a importância de o professor sistematizar, por intermédio, de relatórios, laudos, quais são as principais dificuldades dos seus alunos para aprendizagem. Um olhar sobre o cada aluno dentro da sala de aula com alunos diversos e com angústias e necessidades diferentes.

Palavras-chaves: Educação. Ensino. Inclusão escolar. Necessidades Educacionais Especiais. Desafios e Possibilidades.

RESUMEN

Este trabajo aborda el tema de la inclusión de los niños con necesidades educativas especiales en el sistema de educación regular y tiene como objetivo reflexionar sobre la percepción pedagógica de mediación en el proceso de aprendizaje y necesidades intelectuales, emocionales y sociales de los estudiantes. Su objetivo es comprender los desafíos y posibilidades del estudiante de acogida con un acceso para personas discapacitadas en la escuela regular. En cuanto a la metodología antes del inicio de la recogida de datos de pre-recolección de datos estuvo marcado por la entrega del consentimiento informado y informó a los participantes. Esta es la información sobre el desarrollo de los procesos de investigación objetiva e. Este fue un criterio de inclusión, ya que sólo el cuestionario y la entrevista los que firmaron el término. Este documento también fue firmado por el investigador que proporciona todas las aclaraciones a los participantes. La recolección de datos consistió en una muestra homogénea, intencional y representativa de los profesionales que trabajan en State College meseta. Los participantes fueron: cuatro (4) maestros y un (1) estudiante. Después de esta etapa, el investigador aplicó un cuestionario con la aplicación de una secuencia de comandos con preguntas predefinidas, con el fin de compilar contenido para lograr los objetivos del estudio. Con el análisis de los datos, que llegó a dos puntos principales en la lucha por la inclusión. El primer punto de la nota es que los esfuerzos se están aplicando en beneficio de la instrumentación profesional para trabajar con la inclusión de varios temas, pero estas acciones deben continuar, no puede parar, por lo que la formación de los docentes es constante, y la aplicación de la planificación educativa individual es una forma de promover la educación en una manera de hacer realmente una diferencia y ayudar al niño a desarrollar intelectualmente y socialmente. El segundo punto es que el maestro necesita hablar más con sus alumnos, que necesita para humanizar. Él tiene que entender su función como entrenador de habilidades y seres dignos, bien pensadas y reflexivos. Los supuestos de esta planificación individualizada surgen de la observación de que, incluso si los estudiantes necesitan ser incluidos en las aulas con sus respectivas diversidades, es innegable, la importancia del profesor sistematizar, por intermedio, de informes, laudos, cuáles son las principales dificultades de sus alumnos para el aprendizaje. Una mirada sobre cada alumno dentro de un salón de clases con alumnos diversos y con angustias y necesidades diferentes

Palabras clave: Educación. Educación. La inclusión escolar. Educación y necesidades especiales. Desafíos y Posibilidades.

ABSTRACT

This work addresses the issue of school inclusion of children with special educational needs in the regular system of education and aims to reflect on the pedagogical mediation obstacles facing the learning process and intellectual, affective and social development of students with needs. It aims to understand the challenges, reception and possibilities of access of students with disabilities in the regular school. Regarding the methodology, before the beginning of the data collection a pre-data collection was marked by the delivery of the informed consent form to the participants. It contains information about the objective as well as the research development processes. This was a criterion of inclusion in the research, since they only answered the questionnaire and the interview to those who signed the term. This document was also signed by the researcher who provided all the clarifications to the participants. Data collection consisted of a homogeneous, intentional and representative sample of professionals who work in the State College of Planalto. Participated in the research: 4 (four) teachers and 1 (one) student. After this stage, the researcher applied a questionnaire with the application of a script with pre-defined questions, in order to compile contents to achieve the study objectives. With the analysis of the data, two main points were reached in the fight for inclusion. The first point observed is that efforts have been implemented in favor of the instrumentalization of professionals to work with the inclusion of diverse subjects, however these actions need to continue, cannot stop, so that teacher training is consistent, so the application of educational planning individualized education is a way to promote education in a way that really makes a difference and helps the child to develop intellectually and socially. The second point is that the teacher needs to talk more with his students, he needs to humanize. He needs to understand his function as: trainer of skills and worthy, thoughtful and reflective beings. The assumptions of this individualized planning emerge from the observation that even if students need to be included in classrooms with their respective diversities, it is undeniable the importance of the teacher systematizing, through the intermediary of reports, technical reports, what are the main difficulties of his students for learning. A look at each student within the classroom with diverse students and with anguish and different needs.

Key-words: Education. Teaching. School inclusion. Special Educational Needs. Challenges and Possibilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Crescimento da matrícula Graduação	33
Figura 2: Crescimento da matrícula Pós-Graduação	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Sujeitos da Pesquisa	49
Tabela 02: Ferramentas de coleta de dados	51
Tabela 03: Fase da coleta de dados	52
Tabela 04: Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade _____	53
Gráfico 2: Escolaridade _____	53
Gráfico 3: Disciplina que leciona _____	54
Gráfico 4: Convivência com pessoas Necessidades Educacional Especiais	54
Gráfico 5: Já lecionou ou leciona aulas para alunos com necessidades educacionais especiais? _____	54
Gráfico 6: A escola em que você leciona oferece condições para a acessibilidade dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais _____	55
Gráfico 7: Como você, no exercício de sua docência, envolve os alunos Portadores de Necessidades Especiais _____	56
Gráfico 8: Quais materiais ou métodos de ensino são utilizados para incluir estes alunos nas aulas? _____	56
Gráfico 9: A escola oferece recursos para este fim? _____	57

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	15
1- INTRODUÇÃO	15
1.1 O PROBLEMA	18
1.2 JUSTIFICATIVA	23
1.3 OBJETIVOS	24
1.3.1 Objetivo Geral	24
1.3.2 Objetivos Específicos	24
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 A escola como espaço de inclusão	26
2.1.1 Noções sobre o ensino, a educação e a aprendizagem e o aspecto socializador	27
2.1.2 Alunos Portadores de Necessidades especiais	29
2.2 A inclusão dos alunos com necessidades especiais na legislação nacional	30
2.3 O resgate da educação especial no Brasil	32
2.4 A formação de professores x crianças com necessidades educacionais especiais	34
2.4.1 Professor no Ensino Fundamental	35
2.4.2 As necessidades do professor	37
2.5 Planejamento Educacional Individualizado	37
2.5.1 Reflexões sobre Planejamento Educacional Individualizado	41
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA	45
3.1 Classificação da pesquisa	46
3.1.1 Quanto à Estratégia Investigativa	46
3.1.2 Quanto à Natureza	46
3.1.3 Quanto à Abordagem	46
3.1.4 Quanto aos Métodos	47
3.1.5 Quanto aos Objetivos	48
3.1.6 Quanto ao Local da Coleta de Dados	48

3.1.7 Quanto à Temporalidade	48
3.1.8 Quanto aos Procedimentos Técnicos	49
3.2 Sujeitos - população – amostragem	49
3.3 Ética da pesquisa	50
3.4 Instrumentos de coleta de dados	51
3.5 Critérios de inclusão e exclusão	52
4 . DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	53
4.1 Docentes	53
4.2 Discente	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO 1	70
ANEXO 2	74

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

O tema, Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais nas escolas regulares, sempre foi um assunto muito discutido entre políticos, pensadores e profissionais da educação, entretanto, esta discussão tem aumentado nas últimas décadas. Muitos programas e políticas educacionais foram criados voltados para a diversidade e inclusão de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras. Sobre isso Dutra declara:

“A educação inclusiva é hoje o debate mais presente na educação do país. Nunca antes foi tão discutido o princípio constitucional de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, implicando na necessidade de reverter os velhos conceitos de normalidade e padrões de aprendizagem, bem como, afirmar novos valores na escola que contemplem a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todas as crianças, jovens e adultos de participação nos diferentes espaços da estrutura social (DUTRA, 2006, p.3).”

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação de segregação dessas pessoas, haja vista que a deficiência, durante muito tempo, foi considerada fator de discriminação que limitava o indivíduo de exercer atividades essenciais - tanto pela rejeição do meio familiar quanto social, cultural e econômico. Por muito tempo foi-lhes imposta uma educação excludente - se é que podemos chamar de educação - organizada de forma paralela à educação regular, criada para o atendimento de alunos com deficiência ou que não se ajustassem aos padrões dos sistemas de ensino de uma sociedade preconceituosa.

A educação inclusiva não é algo novo, é resultado de muitas lutas de órgãos sociais, das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

Dentre os muitos órgãos legais que garantem direitos fundamentais para que aconteça uma educação inclusiva destaca-se a Declaração de Salamanca (1994), pois foi a partir dela que o Brasil começa, de fato, a (re) pensar em uma escola única, s, mais acessível, acolhedora, capaz de atender todas as crianças, voltada para o fim das discriminações. Sobre esse aspecto a Declaração de Salamanca deixa claro que:

“ [...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, assegurando uma educação acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e de

qualidade a através de currículo apropriado, modificações todos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos, estratégias de ensino, uso parcerias com a comunidade.(BRASIL,1994)

Nela fica estabelecido que “os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário”. A Educação Inclusiva, consisti em um processo contínuo de melhoria da escola visando combater atitudes discriminatórias e promover um ensino inclusivo de qualidade tendo como princípio uma “Educação para Todos”, na qual todos devem aprender juntos, sem preconceitos, independentemente de suas necessidades.

A Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica em seu texto diz que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (...) O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais (p. 20)

É importante salientar que alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que apresentam algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolaridade, que exige um olhar particular comparado aos demais colegas de sua idade. Todavia percebemos que a deficiência, em si, não está totalmente associada a dificuldades de aprendizagem, haja vista que inúmeros alunos revelam dificuldades de aprendizagem sem apresentarem qualquer tipo de deficiência. A esse respeito, Fernández (1991) considera que:

[...] a deficiência intelectual não implica necessariamente problema de aprendizagem, ainda que possa ser um condicionante, dependendo de como a família (signifique) o dano intelectual. Aceitando e querendo ao deficiente, permitir-se-á que alcance o máximo de suas possibilidades, portanto, que não some à deficiência um problema de aprendizagem. (FERNÁNDEZ,1991, p. 38).”

Percebe-se uma diversidade de significados e diferentes aspectos que envolvem a palavra Inclusão, tornando-a uma palavra utilizada por todos, no entanto, muitos a utilizam sem nenhum conhecimento do seu significado. Mas qual o real significado da palavra INCLUSÃO?

De acordo com MANTOAN (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com

deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro. (MANTOAN, 2005, p. 96).

Por considerar este tema tão atual – Inclusão – e de grande importância e relevância é que decidi enveredar-me por esta temática na dissertação do Mestrado em Ciências de Educação de forma a refletir até que ponto a inclusão das unidades escolas regulares, de fato, acontece.

O interesse em desenvolver uma reflexão sobre essa temática se deu por conviver diretamente com pessoas portadoras de necessidades especiais pela necessidade de tornar evidente a importância e a complexidade com se apresenta o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas e como o professor e escola estão organizados para recebê-los.

Procura-se apontar alguns desafios e polaridades que permeiam o discurso e a ação de todos aqueles que estão envolvidos com a problemática da educação inclusiva na escola, que veem o aluno como um problema que precisa ser sanado, e não um aluno que, por ter um problema, precisa, dentro da sua diversidade, ser respeitado como qualquer ser humano.

A inquietude que move a realização deste estudo é a busca por respostas que parecem não se encaixar na realidade de uma instituição onde seus educadores não têm formação específica para trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de necessidade, causando desestímulo à formação de novos profissionais e a queda da qualidade do ensino ministrado, além estabelecer uma polarização na educação escolar entre classe comum e escola especial, provocando exclusão de numerosos contingentes de alunos do sistema educacional.

A escolha do tema “**Desafios, acolhimento e possibilidades: Um olhar atento ao acesso do aluno portador de deficiência na escola de ensino regular.**” Em parte, justifica-se pelo fato de verificar a existência de alguns alunos com esta problemática, bem como as condições de acessibilidade, inclusão e permanência dos alunos PNEE's inseridos nas escolas de ensino regular. É perceptível o quanto temos alunos tão excluídos e por conta da nossa cegueira não os percebemos como realmente são, e sim, os vemos como queremos.

Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho é tentar chamar atenção de alguns profissionais da educação - principalmente da escola na qual trabalho - a refletirem sobre o tema Inclusão nas escolas, enfatizando o direito que os alunos com necessidades especiais têm de frequentar as escolas, ditas normais, como qualquer outro aluno.

É preciso urgentemente (re) pensar as orientações e estratégias que têm até agora servido de modelos, as quais resultam em ineficientes criando e produzindo, mesmo que sejam de forma inconsciente, preferências, exclusões, segregações e discriminações.

Busca-se entender quais os desafios impostos à participação e à aprendizagem desses alunos, bem como saber se é possível incluí-los sem excluí-los e como os professores percebem, a na prática, os seus alunos.

Pensar a inclusão exige uma mudança urgente diante do processo de ensino e de aprendizagem frente às necessidades especiais dos alunos. Incluir, portanto, significa integrar um aluno na educação regular num espaço que permita exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes saberes.

1.1 O PROBLEMA

A educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino presume a construção de uma nova identidade escolar e o início de uma sociedade mais consciente e menos excludente. O seu sucesso depende, em grande parte, da adaptação das instituições educacionais e sociais às necessidades de uma população pouco favorecida que *aspira* por uma nova maneira de ser integrada nesta realidade. Nessas circunstâncias, a educação inclusiva brasileira enquanto um dos determinantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária pode expressar também a ideia de uma sociedade mais participativa e cidadã.

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Nessa perspectiva, todos devem fazer parte, do Sistema Educacional Inclusivo onde deveria ser proibida a utilização de práticas discriminatórias para que se garanta igualdade de oportunidades. Discriminação (exclusão) que, muitas vezes, e de forma velada, magoam, ferem e que negam ou restringem ao acesso à escola, um direito que é de todos.

Conforme destaca Sasaki (1997):

“O processo de inclusão, como veementemente venho enfatizando, é um processo de construção de uma sociedade para todos, e dentro dessa sociedade um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à felicidade ou, como outros lhe preferem chamar, à qualidade de vida (p.33).”

Desse modo, para participar do processo de construção de uma sociedade é preciso garantir espaços, abrir horizontes, aceitar as diferenças, respeitar a diversidade, enfim, possibilitar que todos possam mesmo sendo diferentes gozar de direitos sociais, políticos e culturais.

Ainda de acordo com Sasaki (1997) a inclusão é:

“(...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (p.41).”

Esta afirmação vem de encontro de nossos anseios, no sentido de mostra que inclusão escolar, mais do que oferecer acesso e permanência dos alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais, significa oferece oportunidades de participação de forma a favorecer o desenvolvimento de suas reais potencialidades respeitando suas limitações e condições, sem que estes sejam tratados com indiferenças, compaixão ou algo semelhante.

O movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que, todos os alunos têm o direito de frequentar a escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com dignidade e igualdade que são inerentes a todo ser humano.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. Obrigação essa que se dá como direito de todos, sem a preocupação com as diferenças, uma vez que é preciso respeitar e aceitar a diversidade.

A presença das chamadas Necessidades Especiais na escola pública, implica, obrigatoriamente, em mudança de atitudes da instituição, da comunidade escolar e do professor, que tem em suas mãos o poder da transformação e da mudança de perspectiva.

“Diante de tais necessidades, impõe-se-nos uma atitude de dar respostas coletivas e integradas do corpo pedagógico da escola. Contudo, não basta atitudes coletivas. É preciso uma reformulação de todo o sistema educacional, de tal modo que a exclusão daqueles que têm necessidades específicas de aprendizagem possam ser peculiarmente atendidos. (ROSS, p. 19. 2004).”

É neste sentido que a escola inclusiva precisa ser pensada como aquela que apresenta qualidade que supõe a organização de propostas pedagógicas eficazes, diretamente

relacionadas às necessidades e aspirações de alunos, implicando um sistema de respostas com um trabalho direcionado aos níveis de aprendizagem dos mesmos. Nesse sentido, as metodologias de ensino utilizadas nas aulas precisam ser pensadas para envolver, libertar e respeitar a condição do aluno enquanto indivíduo.

O desenvolvimento cognitivo e o estímulo corporal, físico ou psicomotor ocorrem sempre em situações de trocas, a partir de estímulos equilibrados e situações em que o aluno entre em conflito com o seu próprio equilíbrio e de forma saudável seja desafiado a ir além e a desenvolver sua aprendizagem. “É a proposição de desafios que materializa o pressuposto de que não se pode predeterminar o desenvolvimento de nenhum ser humano, portanto, desafiá-lo significa acreditar em suas potencialidades” (CARVALHO, 2011. P. 45).

As crianças de um modo geral sejam elas especiais ou não, não são iguais em ambientes de sala de aula, ainda que possam ser vistas ou tomadas como tal. O olhar nivelador dos professores é que as condicionam e as limitam, especialmente nas aulas quando o desafio não depende do seu querer, mas da sua capacidade física, elemento que nem sempre corresponde às suas necessidades.

“Tomar o processo pedagógico a partir de uma visão científica supõe necessariamente a superação do segregacionismo, dos estigmas e dos preconceitos, tendo em vista que o resgate da competência do professor terá de ter como critério a proposição de desafios e a realização de experiências, visando a própria aprendizagem. (ROSS, 2004, pág.15.)”

Para que o projeto de educação inclusiva avance, além de se implementar a ideia da inclusão como necessidade, é preciso institucionalizar esse processo. Isso significa expressar mais claramente diante de toda a população os princípios, e finalidades dessa proposta de inclusão para todos, constar do Projeto Político Pedagógico da escola e administrar práticas de trabalho inclusivo entre todos os profissionais da escola.

“A escola inclusiva terá na Educação Especial o apoio não apenas dirigido aos alunos que apresentem as necessidades especiais, mas à instituição escolar, aos professores e a todos os agentes educacionais. Nessa perspectiva não mais se fará da deficiência um motivo de terror ou medo, porque essas pessoas farão parte do cotidiano escolar de todos os alunos. Não mais se poderá dizer que se tem preconceito ou medo de falar convivido com ela. (BATISTA, 2007. P. 15).”

Essa conquista pode ser materializada no universo escolar desde que a sociedade compartilhe da ideia de que os serviços de habitação, transporte, educação, saúde, trabalho e manifestações culturais entre outros deverão ser obrigatoriamente acessíveis e de qualidade para todos.

É complexo explicar a sensibilidade humana, ou a falta desta. Mas fica evidente a arte de tentar reconstruir e/ou buscar sua humanidade. Porém, o ideal seria a inserção física da pessoa na sociedade, sem modificá-la. No entanto, ainda penamos com uma realidade cruel em que as escolas e seus profissionais não estão preparados para recebê-los.

“No modelo de escola que conhecemos, essa é uma condição imposta pela ordem social sobre as pessoas, por isso, a sociedade precisa eliminar suas barreiras físicas, programáticas e atitudinais, a fim de que possam ter acesso aos serviços e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, educacional e futuramente profissional. A sociedade precisa adaptar-se às necessidades educacionais de suas crianças (APAE_ BARUERI. 2008. p. 44) “

Nesse sentido a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as crianças com necessidades educacionais especiais, permitindo-lhes a participação social ativa em todos os segmentos de uma vida mais digna e cidadã em todos os sentidos. É através da inserção das PNEE's nas escolas regulares, da capacitação dos profissionais de sala de aula e de toda a comunidade escolar que se pode esperar uma educação verdadeiramente voltada para os princípios educacionais de inclusão.

Para Kirk (2000), a limitação física nada mais é do que a variedade de condições que afetam o bem-estar da criança, exigindo intervenção da Educação Especial no que diz respeito à mobilidade, vitalidade física e autoimagem. A limitação física pode causar diversos transtornos e comprometer os membros superiores e inferiores, por ausência, deformidade, paralisia, falta de coordenação, ou presença de movimentos descoordenados que afetam o funcionamento e o uso dos braços e pernas nas atividades escolares.

Algumas limitações físicas podem afetar, de forma mais acentuada, a aparência física das pessoas, ocasionando um problema secundário como a baixa autoestima, que poderá requerer intervenção psicológica ou terapêutica. No entanto, são problemas contornáveis que se definem pela natureza da relação que se estabelece entre a pessoa e seu entorno social.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura a limitação física pode apresentar-se de diferentes formas:

a) Tipos de limitação física:

- Temporária, Recuperável, Definitiva e Compensável

b) Causas das limitações físicas:

- Hereditária - quando resulta de doenças transmitidas por genes, podendo manifestar-se desde o nascimento, ou aparecer posteriormente

- Congênita – quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, isto é, durante a fase intrauterina. (MEC, 2004)

A atuação de uma equipe multiprofissional, composta por educadores especializados, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas e outras especialidades é muito importante no processo de reabilitação da criança com limitação física. Para tanto, os educadores devem estimulá-lo a participar de todas as atividades curriculares, porque o contato com seus colegas e professores contribui com a reabilitação e gradativamente com a inclusão escolar.

No entanto, não é essa a realidade encontrada em muitas escolas brasileiras. As atitudes de não aceitação dos grupos sociais e das famílias, muitas vezes levam a pessoa com esse tipo de limitação a assumir uma postura retraída e a se excluir das atividades comuns provocando o isolamento e dificultando a sua inclusão no ambiente escolar.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com limitação física ou mental, de 1999 revela que: "As pessoas que apresentam limitações físicas têm os mesmos direitos humanos que as demais pessoas consideradas normais, inclusive o direito de não serem submetidas à discriminação, a igualdade e a dignidade são inerentes a todo ser humano".

Frente a estas reflexões é possível compreender que há uma necessidade urgente em questionar o papel dos gestores e educadores no sentido de desenvolver ações educacionais diferenciadas que levem a família e a comunidade a acolher a criança independente das suas diferenças proporcionando o estímulo à valorização de sua reabilitação. Para isso, é preciso que todos reconheçam a importância de uma manutenção contínua do processo de inclusão na escola.

É dever de a escola preparar-se para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais – entre elas, as que apresentam limitação física, promovendo a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas e promovendo a adaptação de toda a estrutura física da instituição, além dos materiais didático-pedagógicos para oferecer ao aluno com essa especialidade um ensino que atenda as suas necessidades educacionais. Quando estas alterações acarretarem dificuldades no processo de aprendizagem, o aluno deve receber atendimento psicopedagógico, recursos didáticos adaptados e equipamentos especiais que facilitem seu processo de construção de conhecimento.

Tendo em vista que a inclusão escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais como marco referencial na qualidade do ensino e no bem estar dos profissionais que direta e indiretamente articulam o trabalho educativo, e ainda, de toda a comunidade escolar que depende eminentemente do trabalho desenvolvido por estes profissionais, o presente estudo tem como finalidade compreender os desafios, acolhimento e possibilidades do acesso do aluno portador de deficiência na escola de ensino regular, (re)

pensar a educação, para todos, em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. A ideia de uma escola inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade mais justa, participativa e igualitária.

Nesta perspectiva, procura-se apontar alguns desafios que interfira no discurso dos profissionais da educação envolvidos na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais através das seguintes inquietações:

- *Como os professores da rede pública municipal/estadual de ensino regular desenvolvem suas ações pedagógicas para incluir os alunos com necessidades especiais?*
- *Até que ponto a inclusão das unidades escolares regulares, de fato, acontecem?*
- *Qual a função da escola e do professor no processo de inclusão?*

1.2 JUSTIFICATIVA

A exclusão nas escolas lança as sementes do descontentamento e da discriminação social. A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com necessidades educacionais especiais devem fazer parte da escola, que por sua vez, devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos, independente de apresentar NEEs ou não. Pensar na inclusão escolar é dar abertura para uma discussão extensa, concisa e imperfeita, pois não se pode falar em inclusão escolar sem antes discutir política, sociedade e humanidade.

A constatação disso são os grandes desafios enfrentados, para inclusão de pessoas com deficiências nas escolas aconteça de verdade. Sobre isso Santos diz:

(...) a Educação Inclusiva na prática enfrenta inúmeros desafios, e em muitos momentos estamos apenas inserindo pessoas no meio social e não incluindo de forma participativa, os alunos com deficiência, sendo que estes não conseguem acompanhar o ritmo da sala de aula, e ficam apenas como alunos ouvintes e não participativos (...). Santos (2010)

A esse respeito Cury reitera:

Sabemos que promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão. (Cury, 1999.)

Busca-se diante de tais explicitações a notoriedade das definições reais da situação da inclusão das crianças que apresentam limitações físicas ou outras Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas aulas em turmas regulares de ensino das escolas públicas municipais, que entre outras realidades, sofrem com problemas relacionados à indisciplina escolar, e a superlotação das turmas regulares, fazendo com que o trabalho direcionado nem sempre atinja o ideal necessário almejado pela comunidade escolar.

Essa reflexão favorece o encontro das possibilidades e das possíveis capacidades de que cada pessoa é dotada de habilidades, cada uma de acordo com suas possibilidades. A interdependência do processo educativo que envolve as habilidades do corpo, do pensamento e do trabalho coletivo possibilitará a abertura do indivíduo para com o outro, decorrente da aceitação da condição humana.

Aproximando-se, assim, as duas realidades, a sua e a do outro como parte do mundo que os cerca, visualizada pela possibilidade de interação e extensão de si mesmo no mundo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender os desafios, acolhimento e possibilidades do acesso do aluno portador de deficiência na escola de ensino regular.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1- Identificar os alunos que apresentam limitações físicas e as suas classificações;
- 3- Verificar as condições de acessibilidade, inclusão e permanência dos alunos PNEE's inseridos na escola regular;

4- Conhecer a capacitação dos professores para trabalhar com alunos com deficiência física.

- **APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

A presente investigação será realizada no campo da educação formal e se organiza por pesquisas bibliográficas e aplicação de instrumentos de coleta de dados específicos para este estudo, que serão coletados a partir da cooperação da comunidade da rede de ensino regular, onde se pretende analisar como são desenvolvidas ações pedagógicas para incluir os alunos com necessidades especiais.

Em relação à metodologia será realizada uma pesquisa descritiva, não experimental, do tipo sondagem, podendo ser caracterizada como uma pesquisa de campo, onde serão aplicadas as abordagens qualitativas e quantitativas. Esta pesquisa será estruturada em 4 capítulos:

Capítulo 1: apresenta-se a introdução e problematização e a contextualização da pesquisa.

Capítulo 2: apresentação de temas pertinentes à pesquisa com uma fundamentação teórica.

Capítulo 3: apresenta-se a metodologia, a amostra, o local e a população da pesquisa.

Capítulo 4: apresenta-se a discussão e a análise dos dados coletados para cumprir com os propósitos do objetivo geral

Conclusão e recomendações: a partir dos resultados obtidos serão apresentadas as conclusões obtidas e serão realizadas recomendações para possíveis superações do problema levantado.

CAPÍTULO 2

2.1 A escola como espaço de inclusão

A escola não pode ser apenas um espaço privilegiado de transmissão de saberes, mas deve também ser um lugar para partilhar vivências e experiências, de forma a favorecer o desenvolvimento de todos os alunos. Destarte, a instituição educativa deve estar preparada para dar oportunidade de sucesso a todos, respeitando e aproveitando as suas diferenças como valores. *Inclusão é:*

“ um esforço de mudança e melhoria da própria escola, de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um. Inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e valores, é a condição da educação democrática. ” (Leitão, 2010:1)

Um dos muitos objetivos da escola inclusiva é fazer com que os alunos, sejam quais forem as suas necessidades, estejam inseridos no meio escolar e na sala de aula regular ao mesmo tempo em que os alunos sem Necessidades Educativas Especiais. “Aqueles com Necessidades Educacionais Especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.” (Declaração de Salamanca, 1994:1).

As questões relativas ao ensino, educação, aprendizagem e o aspecto socializador da educação serão retratados neste presente capítulo. Inicia-se assim, citando Paulo Freire (2002, p. 66) “o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança”.

Durante o processo de formação, os docentes deveriam ser atentados para a importância da dialogicidade com os alunos. Dialogar é muito mais do que passar conteúdos, dialogar é entrar na realidade de cada aluno, em especial, compreendendo que cada um tem uma vivência única, e uma forma singular de compreender determinados assuntos didáticos (PACHECO, 2011).

O professor deve estimular a reflexão crítica dos seus alunos, buscando a transformação por intermédio da aplicação da sua prática educativa (PACHECO, 2011).

2.1.1 Noções sobre o ensino, a educação e a aprendizagem e o aspecto socializador.

“O conhecimento é uma árvore que cresce da vida. Sei que há escolas que têm boas intenções e que se esforçam para que isso aconteça. Mas as suas boas intenções são abortadas porque são obrigadas a cumprir o programa. Programas são entidades abstratas, prontas, fixas e com ordem certa. Ignoram a experiência que a criança está vivendo. (Rubens Alves, 2003, p.49 e 51)

Neste tópico será realizada uma breve reflexão sobre: ensino, a educação e aprendizagem enfocando os seus aspectos socializadores. O ensino e a aprendizagem estão ligados, ou seja, o educador não ensina se não houver resposta do educando e vice-versa. A relação mestre-discípulo surge, pois como dimensão fundamental do mundo humano A esse respeito GUSDORF *apud* FREITAS diz:

*[...] Mas, entre todas; a relação do discípulo com o mestre que lhe revelou o sentido da vida e o orientou, não apenas na atividade profissional, mas na descoberta das certezas fundamentais [...] O papel do mestre é aqui, o papel do intercessor: é ele que dá a forma humana aos valores. A criança e o adolescente, todo aquele que a si mesmo se busca, acham-se confrontados com a encarnação das vontades que neles jaziam ocultas [...] (GUSDORF *apud* FREITAS, 1984, p.90).*

Daí a importância do diálogo do aluno com o professor, como também do aluno com o aluno, com professor com a classe e do aluno com a classe. É o conjunto de relações humanas que se inicia e se estabelece. Este é o saber, propriamente dito, é o desabrochar da autoestima, da autoafirmação de uns para com os outros. É no espaço escolar que define o lugar das primeiras relações humanas, fora do contexto familiar. É nesse espaço que o futuro homem tenta, bem ou mal, a sua autoestima e autoafirmação na coexistência (MARCHESI, 2007).

À educação são atribuídas quatro funções interdependentes: Função mantenedora da educação, Função socializadora da educação, Função repressora da educação e função transformadora da educação:

a- Função mantenedora da educação

Quando o conjunto de normas que reagem à ação possível, reproduz em cada indivíduo, garantindo assim a continuidade da espécie humana pela educação. Mesmo que o comportamento animal seja a maior parte de uma disposição genética, a conduta humana

se realizará através da aprendizagem, permitindo a cada indivíduo, por meio de aquisições culturais de uma civilização, a vigência histórica da mesma (TORT, 2003).

b- Função socializadora da educação

A utilização da linguagem e da ambientação; transformam o que antes era só um indivíduo em sujeito, por exemplo, a educação não ensina o indivíduo a comer, mas o ensina a usar os talheres, ou seja, a modalidade destas ações regulamentadas pelas normas. A transformação no indivíduo num sujeito social se dá à medida que ele se sujeita a tal legalidade e se identifique com o grupo que se submete ao mesmo conjunto de normas.

c- Função repressora da educação (VASCONI, 1992).

A educação permite a continuidade funcional do homem histórico, mas também resguarda a sobrevivência do sistema que rege uma sociedade em termos educativos, reproduzindo as limitações que o poder destina a cada classe e grupo social.

A educação reprime, para garantir o uso de suas normas específicas, mas não tanto quanto outros elencos de lei, como o jurídico-policia, onde o indivíduo é obrigado a assumir para si, como se fosse sua própria ideologia, o conjunto de leis e normas que lhe são impostas.

d- Função transformadora da educação (FREIRE, 1969)

As contradições do sistema produzem mobilizações, primeiramente emotivas, depois, militâncias.

Um exemplo de função opressiva é a alfabetização que sustenta um sistema baseado em eficiência e consumo, transformando-se na via necessária de conscientização e doutrinação rebelde. Resumindo, em função do caráter complexo na função educativa, a aprendizagem se dá simultaneamente como instância alienante e como possibilidade libertadora. Desta maneira, o sujeito que não aprende não realiza nenhuma das funções sociais da educação, conseqüentemente acusando-a de fracasso.

De acordo com Paulo Freire (1988) em seu livro a Pedagogia de Autonomia defende a premissa que ensinar não é apenas transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a produção do saber.

Ensinar exige respeito aos saberes do educando. Ensinar exige criticidade, ter uma postura de curiosidade e inquietação indagadora e discernidora. A prática educativa tem a obrigação moral de ser um testemunho rigoroso de decência e de pureza, o professor não pode estar longe ou fora da ética por ser portador do caráter formador, o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral do educando. Ensinar exige também a corporeificação das palavras pelo exemplo, quem pensa certo, tem consciência que palavras nada valem se não forem seguidas do exemplo. Pensar certo é fazer certo. O clima de quem, pensar certo deve ser o de quem busca a generosidade. Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. O ser é ofendido e para ele é restrito o direito a democracia, quando acontece qualquer uma das práticas discriminatórias. Ensinar exige reflexão crítica, sobre a prática educativa. Como cita o autor, a esta prática docente crítica, implicante do pensar certo envolve movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O educando desenvolve o pensar certo em comunhão com o educador, tudo concorrendo para melhorias reais acerca da prática-ensino-aprendizagem. Quando há uma tomada de consciência sobre os fatos que envolvem a prática sendo cada educador um ser crítico, autônomo de seus próprios atos, rigoroso metodicamente falando, pesquisador, que respeita os saberes prévios do educando, ético e moral, onde suas palavras e ações servem como testemunhos, que não dá lugar para sentimentos discriminatórios, reflexivo, que assume a si próprio com seus acertos e seus erros, têm-se a certeza de que tal professor está andando e, pensando e ensinando a pensar certo. Este saberá que ensinar não é transmitir conhecimentos apenas, tão somente não falará bonito, sua retórica terá sempre um fundo de verdade, seus alunos poderão ver nele um ponto de apoio. Essa postura é essencial para que os alunos sejam capazes de serem incluídos em sua totalidade, em um ambiente não hostil e convidativo à descoberta de novos conhecimentos.

2.1.2 Alunos Portadores de Necessidades especiais

De acordo com a Resolução CNE/CEB, número 2, de 11 de fevereiro de 2001, os alunos com necessidades educacionais especiais apresentam, durante o processo educacional, dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser: não vinculadas a uma causa orgânica específicas ou relacionadas às condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, bem como altas habilidades / superdotação (BRASIL, 2001).

Segundo o SEESP (2005, p.10-19) os tipos de necessidades educacionais especiais são:

1. A superdotação: Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.
2. Autismo: é o transtorno do desenvolvimento caracterizado, de maneira geral, por problemas nas áreas de comunicação e interação, bem como por

padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades.¹

3. A deficiência auditiva: é considerada quando há constatação da perda parcial ou total bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferidas nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000Hz; variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva da seguinte forma: Surdez leve/moderada: perda auditiva de 25 a 70 dB. A pessoa, por meio de uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, se torna capaz de processar informações lingüísticas pela audição, conseqüentemente, é capaz de desenvolver a linguagem oral. E a Surdez severo-profunda: perda auditiva acima de 71 dB. A pessoa terá dificuldades para desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Há necessidade do uso de AASI e ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado. A pessoa com essa surdez, em geral, utiliza naturalmente a Língua de Sinais.

4. A deficiência física: é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, abrangendo, dentre outras condições, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

5. A deficiência Mental: caracteriza-se por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais.

6. A deficiência Múltipla: É a associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

7. Deficiência Visual: É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, variando de acordo com o nível ou acuidade visual da seguinte forma: a cegueira é a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita. A Baixa Visão ou Visão Subnormal é o comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. A pessoa com baixa visão possui resíduos visuais em grau que lhe permite ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos ópticos especiais.

8. A surdo cegueira é uma deficiência singular que apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus, necessitando desenvolver diferentes formas de comunicação para que a pessoa surdo-cega possa interagir com a sociedade.

9. A Síndrome de Down é a alteração genética cromossômica do par 21, que traz como conseqüência características físicas marcantes e implicações tanto para o desenvolvimento fisiológico quanto para a aprendizagem.

2.2 A inclusão dos alunos com necessidades especiais na legislação nacional

De acordo com a Constituição Federal (1988), título VIII, da ordem social, artigo 208 fica previsto em: “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

¹ De acordo com a SEESP, as condutas típicas são manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes (exceto Síndrome de Down) e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

O artigo 227 da Carta Magna de 1988 prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência. Mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

A Lei n.º 853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. Já a Lei n.º 8.069/90 versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entre outras determinações estabelece, no § 1º do Artigo 2º: “*A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializados*”.

O ordenamento do Artigo 5º é contundente: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Já a Lei n.º 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Artigo 4º, III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Outro avanço foi o decreto n.º 3.298/99 que regulamenta a Lei n.º 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e dá outras providências. Já a portaria MEC n.º 679/99, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. E a Lei n.º 10.098/00, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Os princípios de acesso ao ensino estão dispostos no artigo 208 na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), este artigo dispõe sobre a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206 inc. I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.”

Ainda de acordo com a LDB n.º 9.394/96, em seu capítulo V, Da Educação Especial, art. 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

De acordo com o livro professores do Brasil de Gatti e Barreto (2009) o número de docentes atuantes na educação especial é ainda muito tímido.

Em 2006, a Rais registrou 2.803.761 empregos para professores no Brasil, em todos os níveis de ensino. Nada menos que 77% desses empregos – 2.159.269 – são de professores da educação básica, a qual compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Mas, é o ensino fundamental que provê quase três quartos dos postos de trabalho (1.551.160) para professores da educação básica, dada a obrigatoriedade desse nível de ensino e o seu grau de universalização no país. O ensino médio, por sua vez, contribui com 14,1% e a educação infantil, com apenas 7,6%. Os demais 23% – 644.492 postos de trabalho – estão no ensino superior (16,8%), na educação profissional (5,6%) e na educação especial (0,6%), sendo que estes últimos atendem, majoritariamente, crianças e adolescentes na educação básica. (Gatti & Barreto, 2009, p.17)

Como se observou na citação acima apenas 0,6 % de empregos para professores no Brasil é para atuar na área de Educação Especial estes dados comprovam que os esforços na área de desenvolvimento da Educação Especial ainda são tímidos e tem, portanto, muito para se desenvolver.

A pouca atenção dada a Educação Especial aos cursos de Educação Especial é ressaltada por Gatti e Barreto, 2009, p. 121:

Dentre aquelas que compõem os conhecimentos relativos às modalidades e níveis de ensino, nota-se o baixo percentual de atenção curricular à educação infantil (5,3%) e à educação especial (3,8%). Algumas instituições abrem um pouco mais de espaço a um ou outro desses percursos de formação, nos limites das horas que o curso deve cobrir minimamente.

A baixa atenção curricular é chamada atenção pelas pesquisadoras, mas fato é que os currículos precisam ser revistos e há a real necessidade de uma atenção maior na formação docente (COLL, MARCHESI e PALÁCIOS, 2007) para que os professores sejam instrumentalizados para atuar na inclusão educacional.

2.3 O resgate da educação especial no Brasil

Um grande marco na Educação Especial no Brasil é a criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, desenvolve o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade em todos os Estados e no Distrito Federal, envolvendo 144 municípios-pólo que atuam como multiplicadores para outros 2.583 municípios da sua área de abrangência. A

meta é ampliar até 2006, as ações do programa para 4.646 municípios alcançando o percentual de 83,5% dos municípios brasileiros. Em 2003, os dirigentes da educação especial de todos os municípios-pólo, estados e Distrito Federal participaram do I Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores do Programa. Em 2004, os municípios-pólo assinaram Termo de Adesão ao programa e, dessa forma, cada município recebeu apoio financeiro para realizar a multiplicação da formação para sua rede de ensino e para os municípios de sua área de abrangência. (SEESP, 2005, p.115).

Para a melhoria da formação docente desde 2007 investimentos tem sido realizado pelo governo federal para o crescimento da matrícula nos cursos de graduação. Projeta-se um crescimento de 63,07% no nível superior de 2007 a 2012. (MEC, 2008)

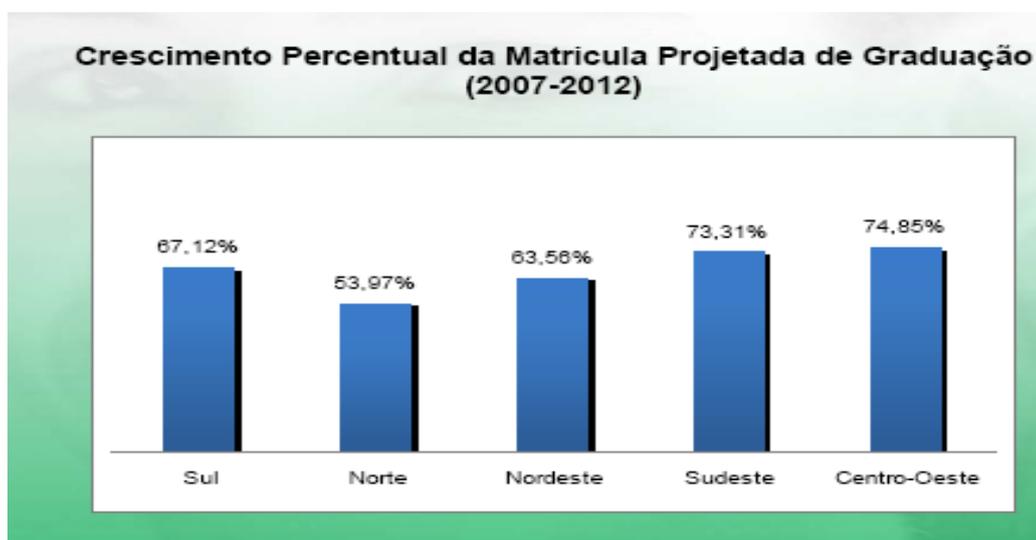


Figura 1: Crescimento da matrícula Graduação.
Fonte: MEC (2008)

Investimentos têm sido realizados em prol o crescimento da matrícula nos cursos de pós-graduação, assim observa-se na figura 2:

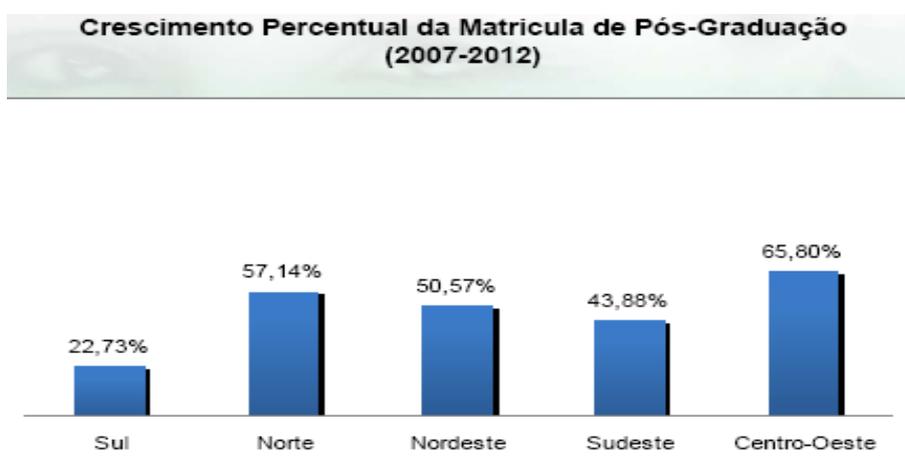


Figura 2: Crescimento da matrícula Pós-Graduação.
Fonte: MEC (2008)

Observa-se que de acordo com projeções do MEC (2008) espera-se um aumento de 57, 14% de aumento de matrículas no curso de pós de graduação na Região Norte.

2.4 A formação de professores x crianças com necessidades educacionais especiais

A educação é importantíssima na formação de um cidadão, uma vez que ela é o elemento chave na construção de uma sociedade e nas mudanças social, ética e política de um indivíduo. Neste contexto, podemos envolver a figura do educador e os saberes que servem de base para a sua prática educativa. Saberes estes, que não podem ser desvinculados de sua formação e de sua epistemologia da prática profissional.

Entre as atribuições da formação de professores para atuarem na Educação Especial está à garantia de um Direito Universal e constitucionalmente previsto que é a igualdade. Nesta perspectiva, a escola deve garantir igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas regulares de classes comuns aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Pensar a formação docente numa sociedade marcada por múltiplas transformações tem exigido um novo repensar sobre o dia a dia do professor em sala de aula. Nas últimas décadas, no Brasil, a temática tem suscitado varias pesquisas que apontam para a necessidade de rever algumas práticas do professor. Isso vem gerando muita insegurança entre os docentes, uma vez que isso demanda revisão de propósitos, valores e posturas, construídos ao longo da historia de uma formação pessoal e profissional, haja vista que alguns professores têm sua formação marcada por paradigmas tradicionais, o que inviabiliza a compreensão e a superação dos problemas do contexto atual.

A desqualificação na formação dos professores é apontada como um dos principais problemas da educação. Estudos recentes afirmam que a formação docente é algo mais profundo e complexo pela falta de aquisição de habilidades e de competências. Logo, a relação teoria e prática presente nos debates acadêmicos, nas pesquisas e, também no cotidiano, apontam para a necessidade de um olhar reflexivo e urgente para a educação.

Pensar em educação, portanto, implica pensar a formação docente e a prática pedagógica com qualidade. Para tanto se faz necessário entender a formação do professor para o desenvolvimento dos saberes docentes, o que exige qualificação, valorização profissional e políticas adequadas.

Os professores em sua formação precisam estar atentados para a pedagogia libertadora, que é aquela onde o professor, dialoga e se aproxima de seus alunos com o intuito de formá-los e incluí-los dentro de um contexto social repleto de discrepâncias.

Entre as atribuições da formação de professores para atuarem na Educação Especial está à garantia de um Direito Universal e constitucionalmente previsto que é a igualdade. Nesta perspectiva, a escola deve garantir igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas regulares de classes comuns aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Pensar em educação implica pensar a formação de professores voltada para uma perspectiva inclusiva; qualificação, valorização profissional e políticas adequadas. Esta formação deve acontecer de forma continuada, haja vista que trabalhar na educação especial exige ações, desafios, criatividade, aprimoramento de suas capacidades e habilidades.

Um dos direcionamentos dos educadores, que atuam diretamente com os alunos da educação especial, deve ser buscar novas estratégias, rever suas práticas, romper com propostas prontas e acabadas quanto ao currículo, avaliação, métodos, técnicas, com a finalidade de assegurar o atendimento das necessidades educativas especiais dos alunos com deficiência.

A avaliação educacional diagnóstica é a via mais rápida para que o educador possa detectar facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer desses alunos, com ou sem deficiência. Os professores, por estarem em contato direto com os alunos em sala de aula, são os profissionais da educação mais indicados para fazerem essa avaliação de modo a proporcionar um atendimento individualizado a alunos com necessidades especiais.

2.4.1 Professor no Ensino Fundamental

De acordo com livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (1988) a tarefa do educador não é de transmissor de conteúdos e sim formar os educandos para desempenharem seu papel como verdadeiros cidadãos.

Segundo Freire (1988) para se conseguir formar os educandos adequadamente, se faz necessário que o professor tenha um posicionamento ético que o impossibilite fazer qualquer tipo de discriminação, seja de raça, de gênero, de classe.

Ainda de acordo com o autor faz-se necessária à consciência para lutar por um mundo melhor. Porém, infelizmente muitos educadores não passam de meros professores, que se preocupam apenas com a transmissão de conteúdos, e nessa tentativa de ser imparcial, diante do mundo, por parte do professor, faz com, na verdade, ele faça a opção de sonhar com uma sociedade mais flexível, pois não há neutralidade em educação. Pois mesmo que o professor não se defina entre a perpetuação da classe dominante vigente ou a luta contra as desigualdades sociais, sua neutralidade o fará estar contribuindo para a primeira opção. E fará com que os educandos acreditem no fatalismo, que nunca poderão crescer que sua realidade social será sempre a mesma, que na verdade nasceu para ser inferior, incapaz de construir a sua vida sozinho.

O professor deve acima de tudo respeitar os seus alunos, aguçando a criatividade dos mesmos. O professor deve estar consciente que o aluno é um ser inacabado que saberá e precisará de avaliação constante, para continuar sua própria construção. O professor precisa se preocupar com a sua formação tanto quanto deve se preocupar com a de seu aluno para poder compreender a sua função como promovedor da inclusão social.

Como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças (e pessoas de um modo geral) com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados, sempre foi um problema social e institucional. Essa tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como às instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais etc.), especialmente dedicadas ao problema. Agora, espera-se que as escolas fundamentais incluam crianças que apresentem limitações. A realização das ações pedagógicas inclusivas no ensino fundamental requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de estruturas paralelas, separadas como uma para alunos regulares e outra para alunos com deficiência ou necessidades especiais. (Stainback, 1999) Os comportamentos inclusivos dentro da escola requerem comprometimento e ações inclusivas.

O educador deve ter, portanto, um conhecimento mais aprofundado da realidade na qual vai atuar, para que o seu trabalho seja dinâmico, criativo, inovador. Assim, colabora para um sistema de avaliação mais justo que não exclua o aluno com ou sem deficiência do processo de ensino-aprendizagem, mas o inclua a todos como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade.

2.4.2 As necessidades do professor

A eficácia na educação parte da necessidade constante de capacitação e a construção de pressupostos que promovam a construção da autoestima do docente.

Os professores devem acreditar na própria capacidade, valor e importância; estimular a própria confiança em si; estimular a reflexão e a consciência sobre a capacidade e os potenciais de cada um de seus alunos; praticar e ensinar partindo do princípio da interdependência das pessoas e das coisas. Com seu exemplo estimulam, motivam e ajudam seus alunos a procurar e encontrar por si mesmos as soluções de seus próprios problemas e conflitos pessoais, além de acadêmicos. Por sua maneira de falar e comportar-se, e compartilhando os interesses e frustrações dos alunos, conseguem sua atenção e, assim, facilitam a compreensão dos temas abordados. Levar a sério, respeitar e confiar em seus alunos como pessoas. “Em sua atuação verbal e não verbal, considerar e valorizar os sentimentos e as emoções pessoais de cada aluno e relacionar-se de forma positiva e construtiva com seus colegas do corpo docente” (FURLANI, 1997, p.67).

Não se pode esquecer que o professor é um ser humano com família, projetos, sonhos. Volta-se a afirmar que o professor não pode oferecer ao aluno o que ele mesmo não possui. Reconhecimento, salários dignos são condições mínimas para qualquer profissional exercer a sua função com excelência. Na realidade brasileira com salas superlotadas e depredadas, salários estagnados, como pode o professor fomentar a autoestima dos alunos?

2.5 Planejamentos Educacionais Individualizados

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, no art. 1º, estabelece que:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos, público alvo da educação especial, nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

E no seu art.4º define o público alvo do AEE como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Ret, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com o artigo 5º da resolução prevê a realização da análise do Atendimento Educacional Individualizado seja realizado dentro das escolas, mas elas não excluem a importância do aluno assistir as aulas regulares. Essas aulas possuem recursos multifuncionais, onde professores com competências específicas executam o plano de AEE com a realização de articulações com professores que lecionam no ensino comum. O art. 10º da resolução dispõe que os Projetos Políticos Pedagógico das escolas devem possibilitar o Atendimento Educacional Especializado:

I - salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento dos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - professores para o exercício da docência do AEE;

VI - profissionais da educação: tradutores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Uma das estratégias que estão sendo utilizadas para incluir os alunos com necessidades especiais é a aplicação educacional individualizado (STAINBACK, 2005). Os pressupostos deste planejamento individualizado emergem da observação que mesmo que os alunos precisem ser inclusos nas salas de aula com as suas respectivas diversidades, é, inegável, a importância de o professor sistematizar, por intermédio, de relatórios, laudos, quais são as principais dificuldades dos seus alunos para aprendizagem, esse olhar sobre o aluno que na verdade é único dentro de uma sala de aula com alunos diversos e com necessidades diferentes.

O Formulário para Plano de AEE – Sala de Recursos M. Tipo I deve atender a dois itens da Instrução da Sala de Recursos: um, quanto ao planejamento e outro, quanto ao acompanhamento dos resultados.

Abaixo se mostra um modelo de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
(AEE)
ANO LETIVO: 20xx

I. IDENTIFICAÇÃO:

Serviço de AEE: Sala de Recursos Multifuncional Tipo I		
Professor Especializado:		
Nome do Aluno:		
D.N.:	Série:	Turno Regular:
Diagnóstico Psicoeducacional:		
<input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência Física Neuromotora		
<input type="checkbox"/> Transtorno Global do Desenvolvimento ² <input type="checkbox"/> Distúrbio de Aprendizagem³		
<input type="checkbox"/> Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade		
Observações:		

² Especificar: Autismo Clássico; Síndrome de Asperger; Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno Mentais e de Comportamento.

³ Especificar: Transtorno de Leitura; Transtorno de Escrita; Transtorno da Matemática; Transtorno Sem Especificação.

II. CARACTERIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação Pedagógica Acadêmica
Aspectos sociais e psicoafetivos

III. PLANO DE TRABALHO

Organização do atendimento:		
Objetivo Geral:		
Objetivos Específicos:		
Conteúdos⁴ e Mediação:		
Educação Física	Conteúdo	Mediação/encaminhamento
- Atividade de esportes adaptados		

IV. ADAPTAÇÕES CURRICULARES PREVISTAS:

⁴ A organização dos conteúdos deve ser em prol do desenvolvimento das funções psicológicas superiores sendo as principais a Linguagem, Memória, Atenção e Abstração.

V. ACOMPANHAMENTO DE RESULTADOS:

Bimestre:	
Relato da Evolução Pedagógica, acadêmica e comportamental na Sala de Recursos	
Acompanhamento do Conselho de Classe	
Encaminhamentos	
Devolutiva familiar	Nome: Data: Grau de Parentesco: Ass.:

2.5.1 Reflexões sobre Planejamento Educacional Individualizado

O Planejamento Educacional Individualizado é um processo de colaboração com uma equipe, o sucesso desse planejamento requer identificação dos resultados apropriados, instrução e avaliação. Existe uma gama de opções disponíveis para abordar a diversidade dos alunos. O membro de uma equipe que irá atender ao estudante necessita ter capacidade e formação para ajudar com as necessidades do aluno (COLL, 2003).

Geralmente o Planejamento Educacional Individualizado é definido por Conselhos escolares, eles são obrigados a proporcionar a cada aluno a educação apropriada de acordo com a sua necessidade. A Programação educativa adequada para a maioria dos alunos consiste na expectativa de resultados de aprendizagem no currículo provincial. Alguns alunos, entretanto, requerem resultados específicos por aluno, além de, ou em vez, os resultados de aprendizagem esperados. Por exemplo, um aluno que tem dificuldade em

controlar o seu comportamento disruptivo pode estar trabalhando sobre os resultados de aprendizagem esperados no currículo e também em um resultado específico do aluno relacionado à gestão de comportamento. Um estudante com uma profunda deficiência cognitiva, no entanto, pode estar trabalhando na busca de resultados funcionais (FARIA, 2009).

O Planejamento educacional individual começa com a equipe principal: o aluno, o(s) pai(s), e professor da sala de aula do aluno(s). Planejamento educacional individualizado é um processo colaborativo em que a equipe principal identifica resultados educacionais apropriados e formas de alcançar esses resultados.

A aprendizagem é um processo interativo nas quais os alunos tentam sentido de nova informação e integrá-lo no que eles já sabem. Os professores usam o seu conhecimento do currículo e vários processos de avaliação de sala de aula para determinar os pontos de partida para a instrução e monitorizar e desenvolver a compreensão de cada aluno e habilidade como instrução contínua (FARIA, 2009). Quando um professor observa diferenças na aprendizagem do aluno e / ou comportamento, com foco observação de aulas e avaliação de ocorrer. O professor em seguida, utiliza variações no ritmo de instrução, materiais, ou abordagens de ensino para ajudar o aluno a ser bem sucedido na resolução de suas atividades. Mesmo com instrução especializada em sala de aula, alguns alunos continuam a demonstrar dificuldade em cumprir os resultados de aprendizagem esperados.

A equipe principal do aluno, pai(s) e professor(s) pode, então, decidir que é necessário solicitar o envolvimento de colegas baseados na escola adicional para formar uma equipe na escola. Esta equipe vai variar de acordo com as necessidades do aluno e os recursos disponíveis, e podem incluir o professor de recursos e / ou conselheiro da escola. A equipe na escola continua a recolher e partilhar informação para desenvolver um perfil de aluno que descreve o desenvolvimento exclusivo do aluno. Isto pode ser feito por meio de observação em sala de aula e / ou avaliação adicional e vai orientar a seleção de outras estratégias de intervenção em sala de aula e da implementação dessas estratégias (COLL, 2003).

Para a maioria dos alunos, o planejamento colaborativo da equipe na escola e as consequentes intervenções com sucesso atendem às necessidades dos alunos. Se este não for o caso, no entanto, a equipe dentro da escola pode consultar a equipe de apoio para mais assistência. A equipe de apoio da escola pode incluir os médicos, terapeutas, saúde mental profissionais, e / ou outros que trabalham com a equipe na escola para apoiar aluno no planejamento específico e na programação educativa (FARIA, 2009).

O Planejamento específico do aluno dá as pessoas que trabalham mais em estreita colaboração com os estudantes uma oportunidade de colaborar. Ele representa um esforço coordenado por parte das famílias, funcionários da escola, agências comunitárias, e outros para desenvolver e implementar programas educacionais para acomodar as necessidades dos alunos.

O Planejamento específico ajuda as pessoas que trabalham com os alunos a compartilhar informações e observações sobre a aprendizagem do aluno e comportamento ao longo do tempo e em uma variedade de configurações no desenvolvimento do perfil de aluno que reflete um entendimento comum dos pontos fortes dos alunos, interesses, necessidades e nível de corrente (s) de desempenho. E ainda ajuda a identificar prioridades para a programação educativa e planejamento em currículo.

Existem suportes didáticos que ajudam na abordagem de alunos diversos, incluindo o ensino diferenciado, adaptação, modificação e programação individualizada. Isto não é um suporte contínuo, mas sim, cada apoio educacional se destina a atender às necessidades específicas da programação em consideração dos resultados de aprendizagem esperados e / ou resultados específicos-alunos. A adaptação significa que uma mudança no processo de ensino, materiais, atribuições ou produtos aluno devem ser realizada para auxiliar o aluno a alcançar os resultados esperados de aprendizagem. O Ensino diferenciado significa que um método de ensino ou avaliação que altera a apresentação do currículo é realizado com o propósito de responder à diversidade de aprendizagem, interesses e pontos fortes dos alunos (FARIA, 2009).

O Ensino diferenciado é a instrução que reconhece e responde as diferenças entre os alunos. Ao planejar e fornecer instrução diária, os educadores utilizam uma grande variedade de estratégias e técnicas intencionais, bem como de formação contínua, para apoiar a aprendizagem dos alunos e ajudar a população mais ampla estudante alcançar os resultados de aprendizagem esperados curriculares. O Ensino diferenciado reconhece que há muitos caminhos para alcançar os resultados de aprendizagem esperados e que cada estudante requer uma mistura complexa e única de instrução básica e prática para alcançar seu potencial. Educadores diferenciam o ensino para oferecer opções de estudantes em várias etapas do processo de aprendizagem (COLL, 2003).

A adaptação significa uma alteração feita no processo de ensino, recursos, atribuições, ou produtos aluno para ajudar um aluno alcançar os resultados de aprendizagem esperados. Por exemplo, um aluno com uma deficiência pode requerer informação e instruções para ser apresentado verbalmente, bem como em escrita, e pode precisar

demonstrar sua aprendizagem da mesma forma. Um estudante com uma desordem de atenção pode exigir que as instruções e as atribuições sejam divididas em "Partes", e pode exigir uma lista de verificação para monitorar a conclusão da tarefa (FARIA, 2009).

A modificação é adequada para os alunos que têm uma deficiência cognitiva significativa e refere-se à alteração do número, essência e conteúdo das aprendizagens curriculares que o aluno deve se reunir. No ensino médio, os alunos com significativa deficiência cognitiva podem e devem receber um planejamento educacional individualizado, estes são destinados aos estudantes cujas deficiências cognitivas são tão significativas que não se beneficiam de participar nos currículos desenvolvidos ou aprovados. A Programação individualizada identifica as abordagens de aprendizagem que são mais adequadas. Os alunos recebem uma programação individualizada que detalha suas especificidades-aluno, existe um espaço para a descrição dos resultados e plano de implementação. Cada membro da equipe de apoio ao aluno tem diferentes saberes, habilidades e experiências com o aluno. Planejamento colaborativo permite que a equipe identifique coordenar e fazer uso de uma gama de recursos e estratégias que irão oferecer aos alunos as melhores oportunidades para o desenvolvimento e a realização de todas as experiências de ensino (COLL, 2003).

Planos educativos individuais (PEI) documentam as informações recolhidas, as decisões tomadas, as estratégias identificadas e a avaliação contínua que ocorre durante o aluno processo de planejamento específico. Em geral, PEI resume o que se sabe sobre o aluno (atual nível de performance), a programação que está sendo e / ou serão fornecidos (resultados, instrutivo estratégias, atividades e materiais) e a eficácia da programação (avaliação, avaliação). Um plano escrito assegura a continuidade na programação educativa, fornecendo um registro da programação educacional para o estudante. Essa é uma ferramenta para avaliar a aprendizagem em termos acordados com os resultados de rastreados do desempenho do aluno. O formato, tamanho, detalhes e abrangência do PEI refletem as necessidades do aluno. A maioria dos estudantes que necessita de planejamento exige apoios, como a adaptação, dentro de programação regular e vai trabalhar para alcançar resultados esperados de aprendizagem. Esses suportes podem frequentemente ser documentados em um ou duas páginas. Um número menor de alunos com necessidades exigirá a elaboração de planos mais detalhados e abrangentes.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

O método científico supõe que para estudarmos um fenômeno cientificamente, este deverá ser medido, tornando-o perceptível e classificável, mesmo que o cientista social possa trabalhar com conceitos teoricamente abstratos, como aprendizagem, motivação e qualidade de vida, dentre muitos outros.

O método científico pode ser considerado algo como telescópio; diferentes lentes, aberturas e distâncias produzirão formas diversas de ver a natureza. O uso de apenas uma vista não oferecerá uma representação adequada do espaço total que desejamos compreender.

Porém, a visão de um método como procedimento para se chegar a um objetivo começa a consolidar-se com o nascimento da “ciência moderna”, no século XVII, onde Francis Bacon e René Descartes foram os pensadores que mais contribuíram para o desenvolvimento de um método geral de construção do conhecimento, baseado principalmente na indução e na dedução dos fatos e acontecimentos.

Neste modelo, tem-se como ponto de partida a meta ou o objetivo a ser conquistado, para responder a um problema evidenciado. Assim, quando o pesquisador utiliza o método científico para investigar a natureza ou os fenômenos da sociedade, ele está “pensando cientificamente”, que significa pensar criticamente, submetendo o conhecimento a um processo de reflexão para descobrir conexões necessárias entre idéias.

Portanto, a pesquisa científica torna-se um “procedimento racional e sistemático”, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Como a pesquisa é uma atividade científica que objetiva a busca da verdade para responder a pergunta do problema, apresenta-se a principal inquietude de motivação desta construção científica: Como os professores da rede pública regular desenvolvem suas ações pedagógicas para incluir os alunos com limitações físicas?

Como local de realização desta pesquisa, Colégio Estadual de Planalto, onde entrevistaremos 4(quatro) professores e 1(um) aluno com necessidade especial.

Para manter a ética com a realização da pesquisa, será solicitado o consentimento da direção da escola, além do Termo de Consentimento Livre Esclarecido para todos os sujeitos das amostras, como também a validação das ferramentas de coleta de dados, mantendo em sigilo o nome dos estudantes, das pedagogas, e dos professores para que possam responder a pesquisa sem constrangimento.

Em seguida, serão aplicados questionários semi-estruturados para coletar informações com perguntas abertas e fechadas em todos os sujeitos envolvidos. Dessa forma, serão levantados dados qualitativos e quantitativos com o intuito de responder ao problema proposto.

Esses elementos serão tabulados eletronicamente através do programa *Microsoft Excel*, apresentando os resultados através de tabelas, gráficos e transcrições, e seus respectivos comentários comparativos com a teoria utilizada.

3.1 Classificações da pesquisa

Para um melhor planejamento do pesquisador das ações de campo que serão desenvolvidos nesta investigação, como também para facilitar os entendimentos dos leitores, torna-se necessário caracterizar, exemplificar e classificar a pesquisa. Este tópico que aqui inicia apresentará estas classificações e principalmente as associações que esta pesquisa possui com cada uma das classificações.

3.1.1 Quanto à Estratégia Investigativa

Esta pesquisa se classifica como “pesquisa de sondagem” ou “não experimental”, pois não terá como objetivo principal intervir em uma realidade existente (fenômeno) e sim sondá-la.

3.1.2 Quanto à Natureza

Será apresentada uma pesquisa básica com a aplicação de uma pesquisa de campo.

3.1.3 Quanto à Abordagem

Esta pesquisa se caracteriza por possuir a combinação das duas abordagens: tanto qualitativa, quanto quantitativa, sendo denominada: pesquisa quali-quantitativa. Tal

justificativa se explica pelo fato de serem levantados dados numéricos como o índice de motivação dos professores, população e amostragem, como também dados comportamentais de caráter subjetivos como a opinião dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

3.1.4 Quanto aos Métodos

Oliveira (2010) relaciona os principais métodos empregados nas investigações científicas, caracterizando-se como as linhas de raciocínio empregadas durante os procedimentos mentais:

- **Método Estatístico:** Os métodos estatísticos utilizados nesta pesquisa científica permitem a quantificação numérica para levantamento de dados, onde a primeira quantificação fundamental é a porcentagem de professores que se encontram desmotivados com as relações de poder provenientes da equipe gestora da instituição de ensino pesquisada.

- **Método Dedutivo:** Richardson (2012) comenta que em oposição ao método indutivo, o método dedutivo apresenta seu foco na generalização dos fatos ocorridos e observados, permitindo ao pesquisador explicar o “por que” dos acontecimentos. O método dedutivo parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente da sua lógica. Segundo seus pensadores (Descartes e Spinoza), só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro que decorre de princípios evidentes e irrecusáveis.

Nesta pesquisa, a presença do método dedutivo se apresenta mediante as confirmações dos dados coletados e analisados, como por exemplo, no momento em que o pesquisador constata o posicionamento dos professores diante dos resultados obtidos com as conseqüências da gestão escolar e da relação de poder que esta promove sobre os professores.

- **Método Hipotético:** Esse método permite construir uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos e, com base nessas mesmas hipóteses, são feitas previsões que permitem confirmá-las ou refutá-las, devendo este prognóstico ser submetidos aos mais diversos tipos de testes. (LAKATOS, 2010).

Esta pesquisa parte de um problema já evidenciado, que é a verificação da influencia do tipo de gestão nas escolas do município. Oliveira (2010), explica que o método hipotético

permite construir uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos e, com base nessas mesmas hipóteses, são feitas previsões que permitem confirmá-las ou refutá-las.

- **Método Histórico:** Tanto na Introdução (onde foi contextualizado e problematizado o objeto de estudo), quanto no Marco Teórico, foi desenvolvido uma vasta coleta de informações bibliográficas sobre o tema: gestão escolar e a relação de poder que esta promove em uma instituição de ensino. O método histórico foi utilizado na compreensão desses assuntos, principalmente seu desenrolar histórico até os dias atuais.

3.1.5 Quanto aos Objetivos

Será apresentada uma pesquisa de campo.

3.1.6 Quanto ao Local da Coleta de Dados

Appolinário (2012) comenta que a etapa da pesquisa científica que se refere à coleta de dados significa obter informações fundamentais para responder e atender aos objetivos propostos na Introdução. Esta etapa da coleta é realizada mediante a utilização de algumas técnicas, ou instrumentos, como por exemplo, os questionários (com perguntas abertas e fechadas), entrevistas, observações, formulários etc. Os sujeitos envolvidos na etapa de coleta de dados pelo pesquisador são os professores e aluno do Colégio Estadual de Planalto.

Quando os dados são coletados em uma situação externa ao laboratório, na qual não há um controle rígido, classifica-se esta pesquisa como pesquisa de campo, o que é o caso desta pesquisa, pois o pesquisador irá a campo durante o cotidiano escolar, nas salas de aula, nas salas dos professores, no setor dos gestores, na secretaria e pelo pátio da escola para coletar os dados necessários para esta pesquisa.

3.1.7 Quanto à Temporalidade

Nesta pesquisa, as ações de campo direcionadas à coleta de informações deverão ser feitas em um prazo menor que cinco anos, fato este que a classifica como pesquisa transversal, pois se este prazo fosse superior aos cinco anos, conseqüentemente, ela classificaria como pesquisa longitudinal.

3.1.8 Quanto aos Procedimentos Técnicos

Será realizada uma pesquisa de campo no Colégio Estadual de Planalto com aplicação de questionários com professores e alunos com intuito de compreender a inclusão social dos alunos portadores de necessidades especiais.

3.2 Sujeitos - população - amostragem

Apollinário (2012) explica que sujeito da pesquisa se refere ao objeto da investigação (unidade observacional), trata-se da unidade funcional daquilo que será pesquisado, podendo ser uma pessoa, um animal, um metro quadrado de cana de açúcar, uma empresa, um tipo de peça utilizada na fabricação de automóveis etc, que possuem um conjunto de características comuns que os definem.

A tabela a seguir demonstra os sujeitos que farão parte da pesquisa, como também suas populações e o plano amostral.

Tabela 01: Sujeitos da Pesquisa

GRUPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA
Aluno	1	100%
Professores	4	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Entende-se por Amostragem como um subconjunto de sujeitos extraídos de uma população com quantidade definida, por meio de alguma técnica de amostragem. Esta amostra deve representar quantitativamente a sua população, para que o pesquisador possa supor que tudo que for concluído acerca dessa amostra, será válido também para a população

como um todo. Nesta pesquisa o “cálculo amostral” não é necessário pelo fato do pesquisador trabalhar com 100% das duas populações definidas (estudante e professores).

3.3 Ética da pesquisa

Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996.). A presente Resolução adota no seu âmbito as seguintes definições:

- II.1- Pesquisa - classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência;
- II.2 - Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

Pereira (2012) explica que são três as idéias principais que permeiam a ética na pesquisa e na comunicação científica:

- O Rigor metodológico;
- Respeito à dignidade e aos direitos das pessoas envolvidas;
- Honestidade e transparência na produção do conhecimento e seu relato.

Para ser ética, uma pesquisa necessita ter mérito científico, devendo alcançar os objetivos da investigação, desenvolvendo e apresentando todos os passos metodológicos necessários para obter a validade científica. Importante ressaltar que os procedimentos e as técnicas utilizadas nesta pesquisa em nenhuma hipótese representam prejuízos à saúde física, psíquica, intelectual, moral, social, espiritual e cultural dos participantes. Que compartilham deste momento do trabalho emitindo suas opiniões de forma autônoma, porém imprescindível para a realização deste trabalho, adequando-se aos princípios científicos que norteiem possibilidades concretas de responder as incertezas.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa receberam um termo de consentimento "livre e esclarecido" (CNS, 1996), uma carta de apresentação e explicação junto com o questionário

que será respondido, assim como preconiza o Conselho Nacional de Saúde em sua Resolução 196/96, que garanta o sigilo total e a possibilidade de abandonar a pesquisa se assim o desejar, bem como uma explanação sobre os objetivos e justificativos da pesquisa a qual estão participando.

Por se tratar de uma pesquisa realizada dentro dos domínios de uma instituição de ensino, as instâncias: gestora, administrativa e pedagógica foram consultadas para que se obtivesse o consentimento. Após este ser obtido, deu-se prosseguimento aos trabalhos.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Apollinário (2012) comenta que o questionário é um documento contendo uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelos sujeitos que compõem a amostra, sem a presença do pesquisador, podendo ser entregues pessoalmente, por correio, fax ou email. A qualidade das perguntas é um fator primordial para se estruturar um ótimo questionário, devendo respeitar os seguintes protocolos:

- Reveja o problema científico e a hipótese da pesquisa, pois responder ao problema e atender a hipótese é o norte de toda pesquisa científica;
- Liste todas as informações que se deseja levantar, estes servirão de indicadores, para que as perguntas do questionário não percam o seu foco e sua lógica;
- Separe a pergunta por indicadores, em blocos, só passe para outro indicador após esgotar o anterior;
- Faça um ou mais pré-testes do questionário, aplique-os em algumas pessoas que fazem parte da população para que uma avaliação do questionário possa ser feita antes da sua real aplicação.

Tabela 02: Ferramentas de coleta de dados

SUJEITOS	FERRAMENTAS
Professores	Questionário
Aluno	Questionário

Fonte: Dados da pesquisa.

A coleta das informações desta investigação obedecerá aos seguintes passos metodológicos:

Tabela 03: Fase da coleta de dados

FASES	OBJETIVOS	AÇÕES
Pré-aplicação	Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar ferramentas • Testar ferramentas • Validação das ferramentas • Autorização institucional • Emissão do TCLE
Aplicação	Coleta dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das ferramentas nos sujeitos • Recolhimento das ferramentas • Tabulação dos resultados por pergunta
Pós-aplicação	Tratamento dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Representação gráfica dos resultados • Análise e interpretações dos resultados

Fonte: Dados da pesquisa.

3.5 Critérios de inclusão e exclusão

Todos os indivíduos que farão parte desta pesquisa foram agrupados em categorias nas quais chamamos de sujeitos. A tabela abaixo demonstra os critérios utilizados pelo pesquisador para selecionar os sujeitos e indivíduos que farão parte desta pesquisa:

Tabela 04: Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos

SUJEITOS	CRITÉRIOS
Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar no mínimo 1 ano no Colégio Estadual de Planalto
Aluno	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir necessidade especial

Fonte: Construção do autor.

4 -DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Docentes

Os professores entrevistados possuem entre 20 a 50 anos de idade.



Gráfico 1: Idade

Dos 100% dos entrevistados, 75% disseram que possuem pós-graduação enquanto 25% possuem mestrado.

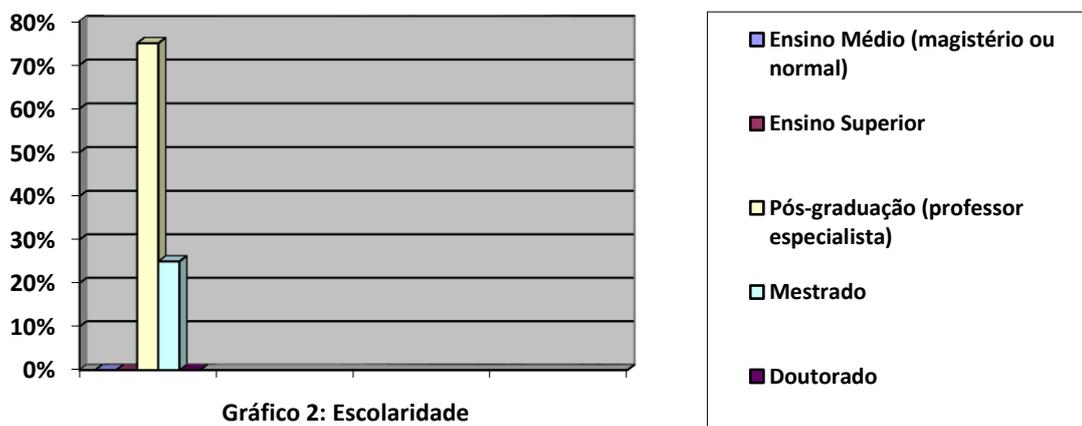


Gráfico 2: Escolaridade

Dos 100% da amostra, 50% ensinam História, 25% ensinam Língua Portuguesa e 25% ensinam Matemática.



Gráfico 3: Disciplina que leciona

100% disseram já ter tido contato com alunos com necessidades especiais.



Gráfico 4: Convivência com pessoas Necessidades Educacionais Especiais

Dos 100% pesquisados, 75% disseram que lecionam e 25% falaram que já lecionaram para alunos com necessidades educacionais especiais.



Gráfico 5: Já lecionou ou leciona aulas para alunos com necessidades educacionais especiais?

100% dos professores disseram que sentem dificuldades em lecionar para alunos Portadores de Necessidade Educacionais Especiais (PNEE's). Perguntou-se: A escola em

que você leciona oferece condições para a acessibilidade dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dos 100% dos respondentes, 50% falaram que apenas acessibilidade física, 25% apenas com os recursos e materiais pedagógicos, e 25% não oferece acessibilidade.

O professor precisa ter formação adequada e confiança para saber que devem acreditar na sua própria capacidade, valor e importância; estimular a própria confiança em si; estimular a reflexão e a consciência sobre a capacidade e os potenciais de cada um de seus alunos; praticar e ensinar partindo do princípio da interdependência das pessoas e das coisas. Com seu exemplo estimulam, motivam e ajudam seus alunos a procurar e encontrar por si mesmos as soluções de seus próprios problemas e conflitos pessoais, além de acadêmicos. Por sua maneira de falar e comportar-se, e compartilhando os interesses e frustrações dos alunos, conseguem sua atenção e, assim, facilitam a compreensão dos temas abordados. Levar a sério, respeitar e confiar em seus alunos como pessoas. “Em sua atuação verbal e não verbal, considerar e valorizar os sentimentos e as emoções pessoais de cada aluno e relacionar-se de forma positiva e construtiva com seus colegas do corpo docente” (FURLANI, 1997, p.67).

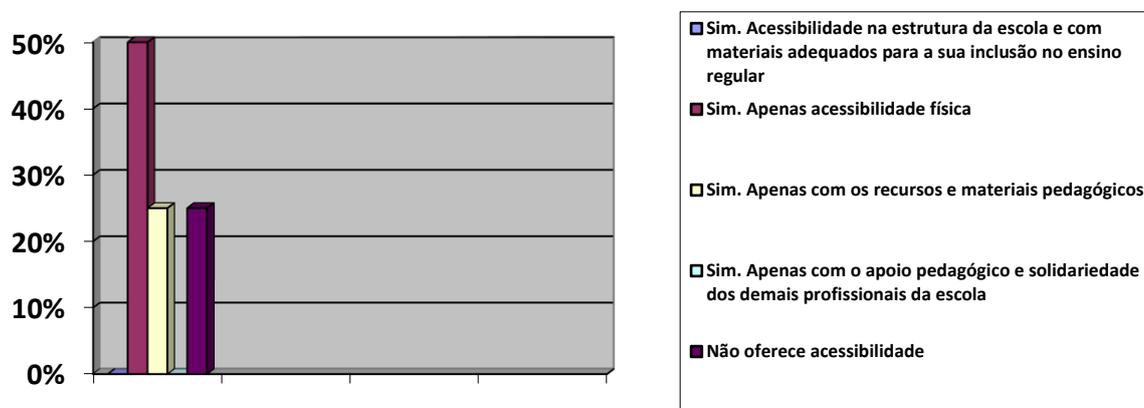
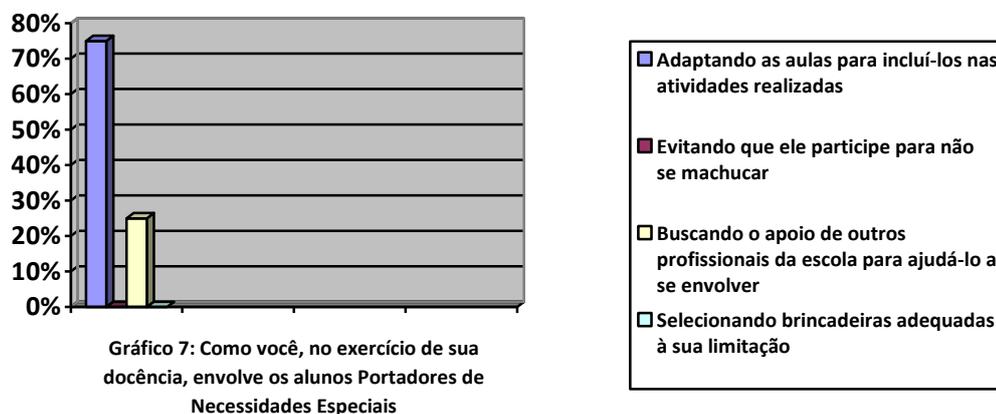


Gráfico 6: A escola em que você leciona oferece condições para a acessibilidade dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais

Perguntou-se: Como você, no exercício de sua docência, envolve os alunos Portadores de Necessidades Especiais? Dos 100% dos entrevistados, 75% disseram que adaptando as aulas para incluí-los nas atividades realizadas, já 25% falaram que buscando o apoio de outros profissionais da escola para ajudá-lo a se envolver.

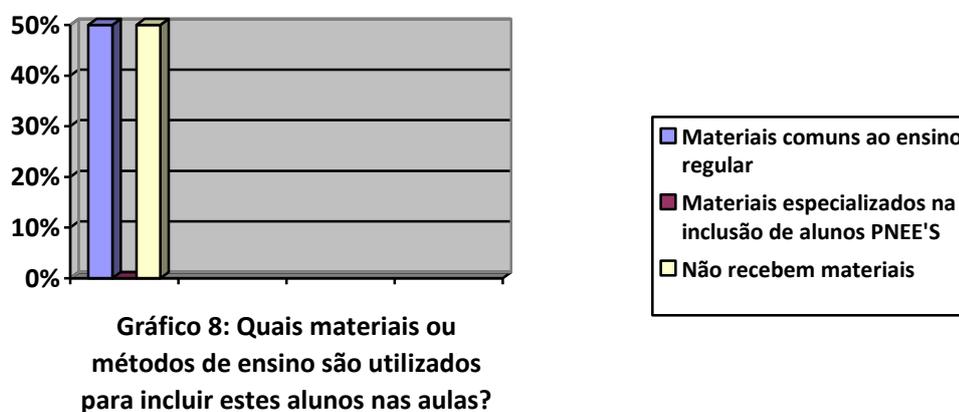
Acredita-se que os comportamentos inclusivos dentro da escola requerem comprometimento e ações inclusivas dentro do todo escolar. De acordo com Stainback

(1999) a realização das ações pedagógicas inclusivas no ensino fundamental requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de estruturas paralelas, separadas como uma para alunos regulares e outra para alunos com deficiência ou necessidades especiais.



Os respondentes em sua totalidade disseram que os professores e os demais profissionais da escola em que você leciona são capacitados ou recebem capacitação profissional continuada para trabalhar com os alunos especiais e envolvê-los nas aulas regulares.

Perguntou-se: Quais materiais ou métodos de ensino são utilizados para incluir estes alunos nas aulas? Dos 100% dos entrevistados, 50% disseram que utilizam materiais comuns ao ensino regular e 50% disseram que não recebem materiais. O atendimento especializado ao aluno portador de necessidade especial está previsto na Lei n.º 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Artigo 4º, III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino



Dos 100% dos entrevistados, 75% disseram que a escola não oferece recursos para esse fim, enquanto que 25% disseram que oferecem. Assim, verifica-se que aspectos como formação docente é essencial para o desenvolvimento dos professores junto aos alunos com necessidades especiais. Os currículos das escolas também precisam ser revistos e há a real necessidade de uma atenção maior na formação docente (COLL, MARCHESI e PALÁCIOS, 2007) para que os professores sejam instrumentalizados para atuar na inclusão educacional.

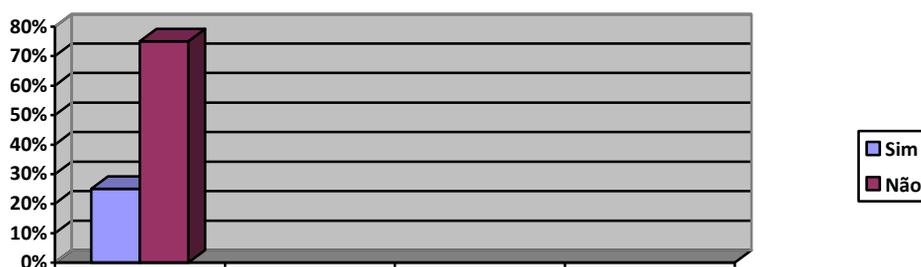


Gráfico 9: A escola oferece recursos para este fim?

Perguntou-se aos docentes: Quem é (são) atualmente seu(s) aluno(s) com necessidade educacional especial?

Professor 1: Neste ano não tenho nenhum aluno com necessidades educacionais especiais.

Professor 2: Os alunos das turmas da EJA têm grandes necessidades educacionais, tendo no que se refere às deficiências na aprendizagem quanto aos aspectos físicos e comportamentais. São alunos provindos de classes sociais desprovidas de quaisquer assistências e isso reflete nas ações escolares.

Professor 3: Atualmente leciono em uma turma na qual há uma aluna com problemas auditivos. Apesar de utilizar aparelho auditivo, ela não escuta bem. Estou tendo dificuldades em lidar com a questão da comunicação com a estudante e me preocupo, já que percebo que sua aprendizagem está sendo prejudicada.

Professor 4: Samuel Pires – o aluno Samuel cursa o 3º ano do ensino médio. Tem limitações físicas que o impedem de se locomover com mais agilidade, dificuldade motora e cognitiva, dificuldade na fala, o que é uma grande barreira para a sua interação e participação oral nas aulas que requerem essa habilidade. Mesmo assim, ele participa de seminários, apresentações e quando solicitado, com suas opiniões sobre os temas propostos em aula.

Por fim, perguntou-se: Você considera a sua disciplina um componente curricular importante na inclusão de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais?

Professor 1: Em matemática podemos desenvolver atividades que estimulem o raciocínio lógico, a capacidade de ordenamento e até mesmo a socialização.

Professor 2: O ensino da língua materna é fundamental em qualquer modalidade. No caso da inclusão, é necessário porque é uma das principais formas de interação entre as pessoas.

Professor 3: Acredito que todas as disciplinas sejam importantes para a inclusão de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, uma vez que estes alunos devem se sentir integrantes “normais” da escola, como os demais estudantes. O problema é que não tive formação específica para lidar com alunos PNEE, portanto tento adaptar minhas atividades à suas necessidades, e, principalmente, priorizo o atendimento individual a esses alunos, na medida do possível e dentro de minhas possibilidades.

Professor 4: Por se tratar de disciplinas da área de ciências humanas, há um leque maior de possibilidades de incluir esse aluno, uma vez que nos conteúdos trabalhos são voltados para esse fim – a inclusão. Ao levarmos essa discussão para a sala de aula, além de trabalharmos o currículo, despertamos nos alunos a necessidade de aprendermos a conviver com as diferenças, os direitos que todos têm de buscar e defender o acesso e prática da cidadania.

Nesse sentido a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as crianças com necessidades educacionais especiais, permitindo-lhes a participação social ativa em todos os segmentos de uma vida mais digna e cidadã em todos os sentidos. É através da inserção das PNEE's nas escolas regulares, da capacitação dos profissionais de sala de aula e de toda a comunidade escolar que se pode esperar uma educação verdadeiramente voltada para os princípios educacionais de inclusão. A realidade da exclusão causada pela limitação nos alunos com deficiência física ou mental pode ser revertida com a atuação de uma equipe multiprofissional, composta por educadores especializados, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas e outras especialidades é

muito importante no processo de reabilitação da criança com limitação física. O aluno não deve deixar de frequentar a escola enquanto realiza seu processo de reabilitação, e mesmo que esse seja impossível a família e os educadores devem estimulá-lo a participar de todas as atividades curriculares, porque o contato com seus colegas e professores contribui com a reabilitação e gradativamente com a inclusão escolar.

4.2 - Discente

Foi entrevistado um aluno do Colégio Estadual de Planalto, 3º ano, turma B, sexo masculino e portador de necessidade especial. O aluno informou que convive no ambiente escolar com os colegas de turma. Diz que passa os horários de intervalo sozinho ou com colegas. Disse que sempre encontra disponibilidade dos amigos para: realizar trabalhos de sala, participar nas atividades da escolar, fazer visitas fora da escola, lanchar na cantina e ir à biblioteca.

Ele afirmou que tanto os professores quando amigos de classe sempre oferecem ajuda, porém ele disse que os auxiliares de ação educativa nunca ajudam.

Ele também disse que o apoio que lhe é prestado para poder participar nas atividades que ocorrem na escola é insuficiente, e também pontuou que a sua escola não está bem adaptada as suas necessidades como: Nos materiais didáticos que existem para as aulas; nos materiais da biblioteca; no acesso à biblioteca, cantina e secretaria.

Ele ressaltou que para melhorar a sua integração na escola, seria necessário a escola reajustar-se com mais recursos, ele finaliza com um desabafo: Eu quero ser agrônomo. Sei que será uma caminhada muito difícil, mas tenho certeza de que vou encontrar muita ajuda, portanto, vou conseguir.

Os alunos com necessidades especiais têm direitos preservados na lei. De acordo com a Constituição Federal (1988), título VIII, da ordem social, artigo 208 fica previsto em: “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” O artigo 227 da Carta Magna de 1988 prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência. Mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Somente com formação docente adequada, os professores podem ser capazes de atuarem na Educação Especial proporcionando aos alunos o Direito Universal e constitucionalmente previsto que é a igualdade. Nesta perspectiva, a escola deve garantir igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas regulares de classes comuns aos alunos com necessidades educacionais especiais (FREIRE & SHOR, 1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, hoje, é uma realidade, portanto, não podemos ignorá-la. Entretanto há muito a fazer para que as leis sejam cumpridas. A efetivação da inclusão enfrenta barreiras decorrentes de uma história de preconceitos, desencontros e desconfianças sobre a capacidade/habilidades das pessoas portadores de necessidades especiais. Assim, repensar a inclusão, sobretudo, a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, carece de urgência.

Partindo desse princípio e, tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, fica sinalizada a necessidade de a escola se abrir para incluir e garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo, uma vez que a inclusão é o caminho para que as pessoas deficientes possam desempenhar suas capacidades e/ou potencialidades, independente do grau de sua deficiência ou de sua diferença social.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade.

No entanto, no nosso cotidiano, percebemos muitas barreiras na educação para alunos com necessidades especiais. Todavia, para nos humanizarmos perante a educação é emergente que haja uma mudança interna, principalmente no professor. Este deve ser ouvinte, compreensivo, reflexivo, agente modificador e transformador de sujeitos.

Embora para alguns professores, a inclusão escolar representa um desafio muito difícil e perigoso. Difícil por se sentirem sozinhos, despreparados, incapazes, carentes de alternativas pedagógicas, psicopedagógicas e sociais, recursos insuficientes, rigidez curricular, e nos entraves institucionais.

Carvalho afirma que isto acontece, por que:

[...] professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2004, p. 27).

Se comprometer com o outro não é tarefa fácil, não é só uma questão de formação continuada, é uma questão de humanização.

Observo assim, dois pontos principais na luta pela inclusão. O primeiro ponto observado é que esforços vem sendo implementados em prol da instrumentalização dos profissionais para trabalhar com a inclusão de sujeitos diversos, porém essas ações precisam continuar, não podem parar, para que a formação dos professores seja consistente, assim a aplicação do planejamento educacional individualizado é uma forma de promover a educação de uma forma realmente a fazer a diferença e ajudar a criança a se desenvolver intelectualmente e socialmente.

O segundo ponto é que o professor precisa dialogar mais com os seus alunos, ele precisa se humanizar. Ele precisa compreender à sua função como: formador de competências e de seres dignos, pensantes e reflexivos.

Os pressupostos deste planejamento individualizado emergem da observação que mesmo que os alunos precisem ser inclusos nas salas de aula com as suas respectivas diversidades, é, inegável, a importância do professor sistematizar, por intermédio, de relatórios, laudos, quais são as principais dificuldades dos seus alunos para aprendizagem, esse olhar sobre o aluno que na verdade é único dentro de uma sala de aula com alunos diversos e com necessidades diferentes.

A inclusão não pode ser excludente, pois só assim será capaz de respeitar as limitações, reconhecendo as diferenças e ressaltando as diversidades do aluno. Não é o aluno que tem que se adaptar a escola padronizada e sim o contrário, a escola que deve se adaptar para acolher e esse aluno, criando condições favoráveis para a sua socialização e desenvolvimento de suas potencialidades.

O direito a inclusão do aluno portador de necessidade especial no âmbito escolar está previsto na Lei de Diretrizes e Bases- LDB, nº. 9.394/96, em seu capítulo V, Da Educação Especial, art. 58: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

A Carta Magna de 1988 também prevê atendimento educacional ao portador de necessidade especial na escola regular, como pode-se notar no título VIII, da ordem social, artigo 208 fica previsto em: "III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino." O artigo 227 do mencionado da Carta magna ainda prevê o estabelecimento de programas preventivos e de atendimento especializado a alunos portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais, assim como

também prevê o direito a integração social com a criação de acesso a serviços coletivos e barreiras arquitetônicas.

Acredita-se que a formação dos docentes precisa sim, estar pautada no pressuposto de inclusão dos diversos como proposta na educação libertadora defendida por Paulo Freire e Ira Shor, onde os professores devem se aproximar de seus alunos com o intuito de formá-los e incluí-los dentro de um contexto social repleto de discrepâncias.

A educação deve ser libertadora. O professor deve conceder suporte ao aluno na busca da sua socialização e do direito pleno ao acesso à informação e a cidadania.

E, para que haja sucesso no ensino e aprendizagem é necessário que o professor dialogue e se aproxime da realidade do aluno.

Para que ocorra a disseminação da importância da inclusão no âmbito escolar é necessária à adoção de um paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças.

A presença das chamadas Necessidades Especiais na escola pública, implica, obrigatoriamente, em mudança de atitudes da instituição, da comunidade escolar e do professor, que tem em suas mãos o poder da transformação e da mudança de perspectiva.

Diante de tais necessidades, impõe-se uma atitude de dar respostas coletivas e integradas do corpo pedagógico da escola. Contudo, não basta atitudes coletivas. É preciso uma reformulação de todo o sistema educacional, de tal modo que a exclusão daqueles que têm necessidades específicas de aprendizagem possam ser peculiarmente atendidos (ROSS, p. 19. 2004).”

A inclusão não é apenas condição do professor, isoladamente, mas, de toda a escola. E para trabalhar com essa nova perspectiva, mudanças são necessárias. E toda mudança exige renúncias, exige um novo olhar para si mesmo e para a realidade, exige um novo modo de contar com todos sem olhar as diferenças, visando acima de tudo, à promoção da dignidade humana. Somente pensando e vivendo de forma humana, a educação poderá ser inclusiva e concretamente sair do papel e tornar-se real.

“Educar para a diversidade melhora a qualidade de ensino e da equidade na educação”, porém como já dito anteriormente para que o pressuposto de inclusão seja alcançado com maestria, é urgente que a formação continuada na busca do aperfeiçoamento seja ininterrupta.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa devem compreender que as atividades de inclusão escolar, na verdade, visa à busca de uma sociedade justa e igualitária dessa forma todos os professores dentro do exercício da sua profissão devem buscar a prática do diálogo, da

aproximação com a comunidade, compreender que os alunos são indivíduos únicos em sua totalidade, somente com essa visão os paradigmas de uma escola onde os alunos apenas escutam poderá ser superado em detrimento de uma escola com mais humanização, onde a participação dos alunos e da comunidade deve ajudar na construção de uma sociedade que oportunizará melhorias nas condições de vida da população.

O professor deve entender a importância da formação continuada e os investimentos nessa formação deve ser realizada cada vez mais por parte do governo federal e dos governos estaduais e municipais.

Embora saibamos o quão difícil nos contextos em que vivemos e as visões tradicionalistas nas quais acreditamos a respeito da educação, tal tarefa é possível. É possível porque temos, ao longo de nossa história, avançado cada vez mais em nossa questão de direito, e nesse sentido ela se aplica a qualquer indivíduo ou grupo de cidadãos, que esteja vivendo processos excludentes, ou que, por ventura, possa viver.

Diante de todas as questões citadas acima, vale ressaltar que a Educação Inclusiva, como a educação regular, merece o mesmo olhar e a mesma preocupação, necessita que seja, fundamentalmente, garantida a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, as quais não devem ser motivo para separações, preconceitos e/ou segregações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPOLINÁRIO, F. (2012) **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2ª Edição. São Paulo. Cengage Learning.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)**. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?...1 Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acessado em 17/03/2011.

_____. **Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968** (Reforma Universitária).

_____. **Conselho Federal de Educação. Resolução n. 03/87**. Ministério da Educação: Brasília, 1987.

_____. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 22 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998 a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB n. 4/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros em ação** - Brasília: MEC/SEF, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE No. 9/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 08-05-2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, nº 2**, de 11 de Fevereiro de 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Brasília. Distrito Federal. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Distrito Federal. 1990.

BRASIL. **Decreto n.º 3.298**. Brasília. Distrito Federal. 1999.

BRASIL. **Lei n.º 10.098**. Brasília. Distrito Federal. 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Lei nº 10.172**. Brasília. Distrito Federal. 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)**. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?...1 Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acessado em 17/03/2011.

_____. **Conselho Federal de Educação. Resolução n. 03/87**. Ministério da Educação: Brasília, 1987.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 22 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998 a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros em ação** - Brasília: MEC/SEF, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE No. 9/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 08-05-2001.

CAMPAGNA, J. & SCHWARTZ, G. M. - **Educação e competência**: o ensino reflexivo na Educação Física, EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nº 109. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd109/educacao-e-competencia-o-ensino-reflexivo-na-educacao-fisica.htm>.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção de conhecimento**, Porto Alegre, Artmed, 2003.

Deficiência, educação escolar e necessidades Especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

DOMINGOS, M. A.. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. Belo Horizonte: PUC, 2005.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade: material de formação docente / organização: Cynthia Duk**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2005.

FARIA, Wilson de. **Aprendizagem e Planejamento do Ensino**. São Paulo. Ática. 2009.

FERRAZ, Leila Nívea Bruzzi. Formação e profissão docente: **a postura investigativa e o olhar questionador na atuação dos professores**. Movimento, n.2, setembro. 2000.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores / Erineu Foerste**. – São Paulo, SP: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1988.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. **Autoridade do professor: Meta, mito ou nada disso? Vol.39; 5ª Edição; Cortez Editora.1997.**

FREIRE, João Batista e SCAGLIA, Alcides José. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2009.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir – Corporeidade e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Corpo & Motricidade).

GATTI e BARRETO. **Professores do Brasil: impasses e desafios / Coordenado por Bernadete Angelina**. – Brasília: UNESCO. 2009.

GUSDORF *apud* FREITAS. **Contributos para a avaliação de uma acção de formação contínua de professores. Estudo de caso**. Lisboa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, policopiado. 1984.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do Professor.** Campinas: S.Paulo: Autores Associados, 2004.

KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças.** Coleção Educação Física, 2.ed. Ijuí: Unijuí Ed. 1991.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LEITÃO, F. (2010). **Valores Educativos, cooperação e Inclusão.** Salamanca: Luso - Espanhola de Ediciones.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MACEDO, Lino de . **Os Jogos e sua importância na escola.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

MANTOAN, M. T.; BATISTA, C. A. **Deficiência mental.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007

MAZZUCO, N. O manifesto de 1932: Velha filosofia no pensamento dos pioneiros da Educação Nova. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, 2004, v.7, n.3, p.419-420, set./dez.

MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias.** Maceió: Edufal, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução à metodologia de pesquisa social. In O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em Saúde (4^a. Ed.). São Paulo/Rio de Janeiro: Hubitec-Abrasco, 2008.

MEC/ INEP. **Mapa do censo 2006.** Disponível em: www.inep.gov.br/download/imprensa/2007/mapas_censo2006.ppt Acedido em setembro de 2016.

NÓVOA, A. **Dize-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa.** In Fazenda, I. (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento, 2^a edição. Campinas: Papyrus, 1997.

OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky - Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio histórico.** 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de e RANZI, Serlei Maria Fischer. **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate.** – Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA apud SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais.** 2 ed. Brasília: E. Universidade de Brasília. 2003.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2004.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSS, Paulo. **Fundamentos Legais e Filosóficos da Inclusão na Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2004.

ROSSETO JR, Adriano José. **Práticas pedagógicas reflexivas em esporte educacional: unidade didática como instrumento de ensino aprendizagem**. São Paulo, SP: Phorte, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUSA, E. S., VAGO, T. M. **A Educação Física e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental**. Presença Pedagógica, v.5, n.26, 1999.

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2005

TORT, Michel. **El psicoanálisis em el materialismo histórico**, Noé, Buenos, Aires. 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista, EDUSF. 1986.

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 4).

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 2007.



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANEXO 1

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE -
DOCENTES**

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: "**DESAFIOS, ACOLHIMENTO E POSSIBILIDADES: UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso você decida participar, você deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para _____, Telefone: _____, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: _____. A pesquisa ocorrerá na instituição _____, no endereço:_____.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável _____.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa **"DESAFIOS, ACOLHIMENTO E POSSIBILIDADES: UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR"**, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Cidade, _____/09/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

ENTREVISTA

Perfil da amostra

Disciplina que leciona: _____

1. Idade

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 40 e 50 anos
- 50 anos ou mais

2. Grau de escolaridade

- Ensino Médio (magistério ou normal)
- Ensino Superior
- Pós-graduação (professor especialista)
- Mestrado
- Doutorado

3. Que disciplina leciona: _____.

4. Já lecionou ou leciona aulas para alunos com necessidades educacionais especiais?

- Já lecionou
- Leciona
- Nunca lecionou

5. Sente dificuldades em lecionar para alunos Portadores de Necessidade Educacionais Especiais (PNEE's)?

- Sim
- Não

6. A escola em que você leciona oferece condições para a acessibilidade dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais? De que forma?

- Sim. Acessibilidade na estrutura da escola e com materiais adequados para a sua inclusão no ensino regular.
- Sim. Apenas acessibilidade física.
- Sim. Apenas com os recursos e materiais pedagógicos.
- Sim. Apenas com o apoio pedagógico e solidariedade dos demais profissionais da escola.
- Não oferece acessibilidade.

7. Como você, no exercício de sua docência, envolve os alunos Portadores de Necessidades Especiais?

- Adaptando as aulas para incluí-los nas atividades realizadas.
- Evitando que ele participe para não se machucar.
- Buscando o apoio de outros profissionais da escola para ajudá-lo a se envolver.
- Selecionando brincadeiras adequadas à sua limitação.

8. Os professores e os demais profissionais da escola em que você leciona são capacitados ou recebem capacitação profissional continuada para trabalhar como os alunos especiais e envolvê-los nas aulas regulares?

- Sim. Periodicamente.
- muitas vezes
- Sim. Poucas vezes.
- Nunca recebem formação para esta área.
- Apenas uma vez

9. Quais materiais ou métodos de ensino são utilizados para incluir estes alunos nas aulas?

- Materiais comuns ao ensino regular.
- Materiais especializados na inclusão de alunos PNEE's.
- Não recebem materiais

10. A escola oferece recursos para este fim?

- Sim
- Não

11. Você considera a sua disciplina um componente curricular importante na inclusão de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais?

- Sim
- Não

De que forma?



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - ALUNO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: "**DESAFIOS, ACOLHIMENTO E POSSIBILIDADES: UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso você decida participar, você deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para _____, Telefone: _____, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: _____. A pesquisa ocorrerá na instituição _____, no endereço:_____.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável _____.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa "**DESAFIOS, ACOLHIMENTO E POSSIBILIDADES: UM OLHAR ATENTO AO ACESSO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**", e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Cidade, _____/09/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA ALUNO

ENTREVISTA

Perfil da amostra

Disciplina que leciona: _____

Questionário ao aluno com necessidades educativas especiais.

Este questionário visa conhecer a sua opinião sobre a escola e garantir o seu bem-estar no espaço escolar.

Pretende-se também perceber o que gostaria de ver mudado no futuro.

Agradecemos a sua colaboração.

Escola: Colégio Estadual de Planalto

Aluno (a): Samuel Pires Oliveira

Ano de escolaridade: 3º **Turma:** B **Sexo:** Masculino

1) Na escola convive (só 1 resposta):

- () Com muitos amigos.
- () Só com os teus colegas da turma.
- () Com poucos amigos, que são de outra turmas.
- () Com poucos amigos, que são da tua turma.
- () Com ninguém.

2) Costuma-se passar os intervalos / recreios (máximo 2 respostas):

- () Com os colegas da turma.
- () Com amigos de outras turmas.
- () Junto de um funcionário.
- () Junto do professor de apoio.
- () Sozinho.

3) Sente que há sempre alguém disponível quando precisa de ajuda para:

	Sim	Às vezes	Nunca
Realizar os trabalhos das salas	X		
Participar nas atividades da escola	X		
Participar nas visitas fora da escola	X		
Lanchar na cantina	X		
Ir à biblioteca	X		

4) Considera que os teus colegas (1 resposta):

- (x) te ajudam sempre que precisas de ajuda.
 () te ajudam sempre que solicitas poucas vezes.
 () te ajudam.
 () nunca ajudam.

5) Considera que os professores (1 resposta):

- (x) te ajudam sempre que precisas de ajuda.
 () te ajudam sempre que solicitas poucas vezes.
 () te ajudam.
 () nunca ajudam.

6) Considera que os auxiliares de ação educativa (1 resposta):

- () te ajudam sempre que precisas de ajuda.
 () te ajudam sempre que solicitas poucas vezes.
 () te ajudam.
 (x) nunca ajudam.

7) Considera que o apoio que lhe é prestado para poder participar nas atividades que ocorrem na escola é (1 resposta):

- () suficiente.
 (x) insuficiente.
 () Não te sentes apoiado.

8) Considera que a escola está bem adaptada as suas necessidades:

	Sim	Não
Nos materiais didáticos que existem para as aulas		X
Nos materiais da biblioteca		X
No acesso à biblioteca		X
No acesso à cantina		X
No acesso à secretaria		X

9) Indica sugestões de aspectos que acha que melhorariam a sua integração na escola:

A escola tem que se reajustar para ajudar nós na escola, tudo é feito para os outros alunos se ter mais material, eu sei que eu vou aprender mais, eu quero ser agrônomo.